

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

A produção social da cidade

Os discursos legitimadores da segregação sócio-espacial no interior paulista: Ribeirão Preto 1889-1930.

HUGO FREITAS DE SOUSA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Relações Sociais, Poder e Cultura

Orientador: Prof. Dr. Karl Monsma

São Carlos – SP
Julho de 2006

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S725ps

Sousa, Hugo Freitas de.

A produção social da cidade. Os discursos legitimadores da segregação sócio-espacial no interior paulista: Ribeirão Preto 1889-1930 / Hugo Freitas de Sousa. -- São Carlos : UFSCar, 2006.
116 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2006.

1. Planejamento urbano – aspectos sociais. 2. Ribeirão Preto (SP). 3. Cidades médias. 4. Brasil – história – república velha, 1889-1930. I. Título.

CDD: 711.13 (20ª)

RESUMO

Pretendemos, no presente trabalho, fazer uma análise das representações sobre o espaço urbano de Ribeirão Preto, entre o final do século XIX e o começo do século XX. É o momento da chamada “modernização” das cidades, em que as mais recentes técnicas e equipamentos importados da Europa possibilitaram a transformação do ambiente urbano, no sentido de um maior controle, delimitação e normatização das atividades sociais realizadas neste espaço. Neste momento, temos também, o fim do Regime Escravocrata (1888) e a Proclamação da República (1889). Ou seja, as bases sociais em que uma elite dominante assentava-se desde o Período Colonial, passando pelo Império, perderam sua legitimação no novo sistema que surgiu a partir de então. Assim, nossa idéia é articular as intervenções feitas na cidade com a reorganização das relações de poder na sociedade republicana nascente.

AGRADECIMENTO

Agradeço, sinceramente, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a finalização deste trabalho. Ao meu orientador, Prof. Dr. Karl Monsma, do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar, por ter aceitado continuar me orientando durante todo este tempo em que pudemos trabalhar juntos. Obrigado pela paciência, críticas, sugestões e pela amizade.

À Fapesp, financiadora da pesquisa, e que contribuiu decisivamente para o bom desenvolvimento da mesma, disponibilizando os recursos necessários para tal feito.

Aos professores Dr. Oswaldo Mario Serra Truzzi – UFSCar e Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy – Unesp, por aceitarem participar da banca examinadora.

Aos professores do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar, que colaboraram com seus ensinamentos para meu desenvolvimento intelectual.

Aos funcionários do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação, que sempre ajudaram os alunos nos assuntos burocráticos.

Aos funcionários do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto – APHRP, e da Biblioteca Municipal Padre Euclides, que tiveram grande contribuição no acesso às fontes documentais utilizadas no trabalho.

Aos grandes amigos Allan, Angelo e Pícaro, que sempre participaram dos momentos de minha vida desde a graduação cursada juntos. Aos amigos de turma da pós-graduação, que seria injusto citar nomes, pois corro o risco de esquecer algum.

À Tatiane, fica meu profundo e sincero agradecimento por ter me ajudado nos momentos mais difíceis, que só ela sabe, por que passei. Seu incentivo e carinho foram fundamentais para que eu pudesse realizar esta monografia da melhor maneira possível. Tati, muito obrigado. À minha família; minha mãe Marta, meu pai Reginaldo e meu irmão Henrique, que sempre me incentivaram e deram apoio sem o qual não teria conseguido realizar mais esta etapa de minha vida.

À todos, meu sincero agradecimento!

RESUMO

AGRADECIMENTOS

APRESENTAÇÃO

- 05 -

CAPÍTULO 1 - UMA PEQUENA INTRODUÇÃO METODOLÓGICA

- 14 -

CAPÍTULO 2 - TRANSFORMAÇÕES URBANAS - A HIGIENIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

- 21 -

CAPÍTULO 3 - TRANSFORMAÇÕES URBANAS - OS ESPAÇOS DE CIRCULAÇÃO

- 46 -

CAPÍTULO 4 - TRANSFORMAÇÕES URBANAS - O EMBELEZAMENTO DA CIDADE

- 62 -

CONCLUSÃO

- 89 -

FONTES

- 97 -

BIBLIOGRAFIA

- 100 -

ANEXO

- 106 -

APRESENTAÇÃO

Nosso interesse pelo tipo de pesquisa realizado aqui, surgiu na graduação em Ciências Sociais, mais especificamente, da experiência da Bolsa de Iniciação Científica – CNPq/PIBIC, realizada na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Durante este tempo, sob orientação do Prof. Dr. Karl Martin Monsma, do Departamento de Ciências Sociais – DCSO, pudemos participar de uma ampla pesquisa intitulada: “Imigração e Violência no Oeste Paulista, 1882-1914”.

Esta pesquisa consistia na compreensão dos padrões de violência no período da imigração européia em massa e da desagregação do regime escravocrata, envolvendo imigrantes (principalmente italianos), negros e brasileiros pobres em geral, através da transcrição e análise de processos criminais produzidos na época. A partir daí, entramos em contato com uma bibliografia que tratava de temas referentes à História do Brasil, entre fins do século XIX e começo do XX. Foi então, que percebemos neste período um dos mais importantes para se entender a formação do Brasil “moderno”, isto é, após a Abolição da Escravidão, que implicou numa redefinição das antigas relações sociais de dominação, baseadas na oposição entre senhor e escravo, este foi o momento em que tivemos a formação da República Brasileira (Ortiz 1985), e a inserção do país no mercado mundial capitalista que surge a partir da 2ª Revolução Industrial (Sevcenko: 1998; Singer: 1977).

Paralelamente a essas mudanças observadas na literatura estudada durante a Iniciação Científica, entramos em contato com um tema que gradativamente foi nos interessando: a chamada “modernização” das cidades brasileiras, especialmente as paulistas. Começamos a perceber que estas transformações estavam estritamente relacionadas e, a partir daí, tentamos nos aprofundar nos estudos realizados sobre as

mudanças urbanas, e que poderiam indicar um modelo geral de desenvolvimento das cidades no período considerado.

As transformações urbanas

O processo de urbanização delineado em fins do século XIX, no Brasil e principalmente no Estado de São Paulo, teve como modelo o urbanismo moderno europeu, baseado na demarcação e delimitação das atividades possíveis a serem realizadas nos espaços urbanos (Leme: 1991; 1996). Este urbanismo, surgido na Europa durante o século XIX, consistia numa estratégia de intervenção que fazia parte de um amplo projeto de reforma social financiado pela burguesia, e que visava o controle e dominação das classes pobres habitantes das cidades (Topalov: 1996). Neste caso, surgiram diversos saberes apoiados em critérios “científicos” e “racionais”, e que tinham como meta construir “seqüências causais objetivas, freqüentemente mensuráveis, entre os elementos que extraem da realidade social e, em especial, das práticas populares, com finalidade de transformação” (*ibidem*, p. 34).

Estas construções causais procuravam relacionar certas imagens da população pobre a “problemas sociais” que necessitavam ser solucionados¹. Para isso, os sujeitos responsáveis por esses saberes (os chamados técnicos-cientistas) utilizavam-se de discursos que se pretendiam “universais”, ancorados na “objetividade” da ciência, que dariam a entender que não falavam ou atuavam em interesse particular de um grupo, mas em nome dos interesses superiores da sociedade. Na verdade, este grupo que surgiu a partir de então, necessitava manter vínculos com a burguesia reformadora para legitimar-se socialmente, ao mesmo tempo em que esta mesma burguesia precisava da

¹ Por exemplo, utilizava-se “a categoria de ‘classes perigosas’ ao referir-se aos habitantes dos bairros operários das grandes cidades”, justificando uma possível repressão (Topalov: 1996, p. 33).

legitimação científica dos técnicos para reorganizar as relações de dominação que pretendia com a reforma social (Topalov: 1996).

Enfim, foi este tipo de urbanismo que articulava saberes e poderes que serviu como modelo para os reformadores urbanos brasileiros. Contudo, não houve uma simples importação/assimilação das idéias urbanísticas européias (Ribeiro: 1996). Transpostas para o contexto brasileiro, estas mesmas idéias sofreram uma ressignificação e adaptação possíveis conforme as “necessidades” dos grupos que visavam a “modernização” urbana brasileira. Os técnicos (médicos higienistas, engenheiros sanitaristas, urbanistas), responsáveis pelo projeto de reforma urbana, na verdade, utilizaram-se do mesmo discurso que se pretendia universal e impessoal – decorrentes da objetividade científica – para se legitimarem, mas, a associação que havia entre reforma urbana e social não foi tão nítida no caso brasileiro (Ribeiro e Cardoso: 1996). Além do que, a urbanização européia deu-se concomitante ao desenvolvimento industrial, diferente do Brasil do final do século XIX, em que a cidade era extremamente dependente do meio rural (Costa: 1977).

É neste ponto que começamos a entrar na questão que nos interessa. Se as idéias urbanísticas européias não foram transpostas tal como eram exercidas naquele continente, resta saber qual era o princípio organizador daquelas adequações e adaptações dos modelos importados para o Brasil. Assim como na Europa, os técnicos responsáveis pelas mudanças urbanas articularam-se com os grupos oligarcas dominantes (Pechman: 1996) e, dessa forma, a cidade transformou-se no palco privilegiado em que os interesses desses grupos materializaram-se através das intervenções e dos “melhoramentos”². Portanto, os modelos de planos urbanísticos europeus serviram para justificar e legitimar *um* tipo de ação sobre o ambiente urbano,

² De acordo com Leme (1996, p. 248), a palavra “melhoramento”, no Brasil do final do século XIX e começo do XX, “designava tanto os planos e projetos urbanos, como toda e qualquer intervenção na cidade, desde obras de saneamento à abertura de praças, alargamento e extensão de vias”.

na tentativa, por parte das elites dominantes, de controlar e compreender a nova ordem social que se consolidava no final do século XIX (Lanna: 1996).

Foram vários os fatores que determinaram esta nova ordem. Para começar, tivemos a inserção do país no mercado capitalista mundial que se consolidou a partir da segunda metade do século XIX com a 2ª Revolução Industrial (Sevcenko: 1998; Singer: 1977). Paralelamente, tivemos o fim da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889) que, pelo menos no nível formal da lei, colocaram todas as pessoas no plano da igualdade civil. Ou seja, tratava-se naquele momento, de lidar com trabalhadores livres, necessários a expansão do sistema capitalista, e com a formação do Estado Republicano, e a conseqüente construção e expansão da cidadania (Bresciani: 2003; Telles: 2001). Enfim, aquela hierarquia típica do mundo rural brasileiro, baseada na dominação dos senhores sobre os escravos, vai perdendo aos poucos sua legitimidade social³.

Por outro lado, em São Paulo, com o desenvolvimento da economia cafeeira e a necessidade de uma grande quantidade de mão-de-obra, os grupos ligados ao café encontraram na imigração européia, principalmente italiana, uma solução viável (Alvim: 1999). Só que a vinda de imigrantes para as cidades produtoras de café, além de resolver o problema da mão-de-obra, possibilitou também um enorme crescimento demográfico, contribuindo diretamente para o desenvolvimento dos núcleos urbanos (Costa: 1977). Na verdade, o sistema de produção instalado no Oeste Paulista tornou possível ao imigrante a economia de algum pecúlio, devido ao plantio de produtos alimentícios entre os cafezais em expansão, permitindo dirigirem-se para as cidades onde encontravam melhores condições de vida (Beiguelman: 1977).

³ Além da diferenciação fundamental entre duas classes ter perdido legitimidade com a Abolição e com a igualdade civil, o desenvolvimento de certas atividades ligadas à cidade teve como consequência a formação de uma incipiente classe média urbana.

De acordo com vários autores estudados aqui, a cidade foi o *locus* privilegiado dessas transformações (Lanna: 1996; Pechman: 1996; Pesavento: 1996). Além de ser o elo fundamental para a construção do Estado Republicano (Pechman: 1996) e para a expansão e desenvolvimento das atividades econômicas cafeeiras (Oliveira: 1982), a cidade foi o palco em que se estabeleceram as novas relações entre os grupos sociais. Segundo Lanna (1996), tanto as elites quanto as classes trabalhadoras procuravam as cidades, compartilhando dessa forma, do mesmo espaço urbano. Homens e mulheres pobres em geral, ex-escravos, imigrantes (principalmente italianos pobres de origem rural), circulavam todos - naquele momento - nas ruas junto com as elites que começaram a construir seus sobrados e casarões, e a transferirem suas moradias para a cidade. Nesse sentido, a reordenação do espaço seria uma forma de resolver o “problema” da convivência entre pessoas teoricamente livres e iguais, mas socialmente diferentes.

As intervenções sobre o ambiente urbano e, mais especificamente, os discursos eleitos para legitimá-las, tinham como finalidade, então, um projeto político e social - por parte das elites - de construção de símbolos de distinção, e conseqüentemente, uma segregação sócio-espacial⁴ (Ribeiro e Cardoso: 1996). Nesse sentido, a “modernização” das cidades brasileiras, orientada por modelos urbanísticos europeus, trazia consigo um projeto de exclusão das classes pobres e de reorganização das relações de poder e dominação, legitimado por discursos que tinham como referência a “modernidade”, o “progresso” e a “civildade” dos países mais “avançados” do mundo. É sintomático que esse projeto político e social deu-se

⁴ A questão da construção simbólica das distinções sociais é um dos pontos fundamentais desenvolvidos aqui. Não pretendemos negar, contudo, a importância do controle policial das classes pobres urbanas através das intervenções, mas, por motivos de espaço e coerência argumentativa, não abordaremos este assunto no momento, ficando para uma próxima oportunidade. Para esse tema, ver Chalhoub (1996).

justamente no momento da construção e expansão da cidadania (Bresciani: 2003; Telles: 2001).

A dinâmica sócio-cultural brasileira

Acreditamos que a ressignificação e adaptação de modelos externos, base dessa “modernização” excludente, esteve estritamente relacionada com as características do mundo tradicional rural brasileiro, herdadas do sistema colonial. De acordo com vários estudos⁵, a sociedade brasileira, neste período de transição de fins do século XIX e começo do século XX, ainda estaria profundamente marcada por laços patrimoniais, em que uma pequena elite rural dominava a sociedade e a política, como se estas fossem seu próprio patrimônio. Haveria ainda a presença viva e ativa de estruturas fundamentais do passado, pois as mudanças no Brasil não seriam caracterizadas por rupturas acentuadas, mas sim por uma relativa lentidão (Martins: 1994).

A estrutura patriarcal, no processo de mudança dos fazendeiros para os centros urbanos, não se alterou de imediato, e o seu domínio continuou sendo exercido, controlando a administração e a vida pública, representando o prolongamento dos interesses particulares em favor dos públicos (Costa: 1977). Surge uma nova ordem urbana, convivendo com as antigas relações e concepções patriarcais e escravistas. Mesmo com a urbanização crescente, a cidade permanece ainda dependente da sociedade rural, sendo que as atividades agrícolas ainda são as fontes fundamentais de renda dos moradores.

Desse modo, a experiência modernizadora urbana brasileira não se realizou independentemente da herança rural, ao contrário, é a partir dela que se dá o processo. A cidade é como se fosse uma grande propriedade privada administrada pelas elites

⁵ Ver Cardoso (1975); Costa (1977); DaMatta (1997); Franco (1969); Holanda (1994); Martins (1994, 2000); Paoli (2003); Pereira de Queiroz (1972, 1977); Schwarz (1973); Telles (2001).

(Kondor: 2001). Os “melhoramentos” públicos freqüentemente resultavam da doação de proprietários que, por sua vez, faziam uso das verbas públicas em função de seus interesses pessoais (Costa: 1977). Isto é muito bem exemplificado, na prática política coronelística, em que os grandes fazendeiros utilizavam-se dos bens públicos em favor de seus interesses particulares, estendendo seu domínio para além do mundo privado (Franco: 1969). Essa estrutura coronelística estaria presa à estrutura sócio-econômica tradicional do país, fundamentada em “grupos de parentela”, em que as relações entre os “coronéis” e sua “parentela” baseavam-se em favores e benefícios que envolviam os bens públicos (Pereira de Queiroz: 1977).

A elite local, que comandava a vida política e social, teve como figura fundamental o “coronel”, que por sua vez, dependia de uma sociedade rural hierarquicamente organizada (Holanda: 1994; Pereira de Queiroz: 1977). Ou seja, eram as redes de relações pessoais hierarquizadas que comandavam a dinâmica sociocultural brasileira, que eram o cerne da vida colonial, e que se estenderam para o tempo do Império e da Primeira República de 1889 à 1930. Segundo Martins (1994), essa “herança” não permitiria nem comportaria a distinção entre o público e o privado. Isto teria implicações sobre o modo como as pessoas perceberiam os espaços públicos modernos, pois estes operariam com uma outra lógica, independente daquela que regularia as antigas relações sociais típicas do mundo rural (Caldeira: 2000).

Universo empírico

Tanto o processo de “modernização” urbana quanto a estrutura hierárquica patriarcal coronelística, estiveram presentes na cidade escolhida para se realizar a

pesquisa⁶. No último quarto do século XIX, Ribeirão Preto assegurou um papel importante na mediação entre a lavoura cafeeira do Oeste Paulista e São Paulo/Santos, possibilitando a inserção de sua economia no mercado capitalista internacional⁷. O desenvolvimento trazido pelo café ocasionou mudanças sócio-econômicas, urbanísticas, físicas e demográficas que transformaram profundamente aquela pequena vila rural fundada em 1856. Para se ter idéia, entre os anos de 1890 e 1902, a população de Ribeirão Preto sofreu um aumento de 340%, passando de 12.033 para 59.910, sendo que 27.765 eram estrangeiros (Tuon: 1997).

Estas mudanças exigiram uma nova configuração urbana que suportasse esse processo intenso, pois, mesmo sendo um município essencialmente rural, algumas atividades só puderam ser desenvolvidas no meio urbano⁸ (Walker e Barbosa: 2000). Este é o momento de ampliação da rede de serviços urbanos, que modificaram a paisagem da cidade de Ribeirão Preto. Só que estas mudanças no ambiente urbano não se deram ao acaso. Elas foram implementadas com base no ideal de “cidade moderna” amplamente difundido pela Europa. Foram ainda, implementadas por uma elite ávida pelos benefícios da modernidade, e que definiu o processo de urbanização e modernização, auxiliada pelo urbanismo europeu, definidor dos parâmetros reguladores entre fins do século XIX e início do XX (Faria: 2003).

A partir de 1889, iniciaram-se as primeiras atividades de ordenamento do espaço urbano. Na medida em que se transformou num importante local de circulação de pessoas e mercadorias que movimentaram cada vez mais a complexa economia da cidade, tornou-se fundamental, aos olhos dos promotores da “modernização” ribeirãopretana, que fosse modificado, identificado com o ambiente moderno,

⁶ Sobre estes processos, ver, de um modo geral, Faria (2003); Godoy (2000); Sanches (2003); Silva (2002); Silva (1998); Walker e Barbosa (2000); Zamboni (1978).

⁷ O Oeste Paulista, onde estava situada Ribeirão Preto, tornou-se o centro produtivo de café do Brasil, que por sua vez era o maior produtor mundial.

⁸ Administração política e financeira, por exemplo (Walker e Barbosa: 2000).

ordenado, e com fronteiras bem delimitadas. Daquele momento em diante, Ribeirão Preto, receberia os “melhoramentos urbanos” típicos das cidades modernas européias.

CAPÍTULO 1

Uma pequena introdução metodológica

Antes de continuar, gostaríamos de explicitar alguns recursos metodológicos que subjazem o desenvolvimento da pesquisa como um todo. Assim, pode-se esclarecer melhor as motivações e intenções presentes aqui.

O objetivo maior desta pesquisa consiste em compreender como certos habitantes de Ribeirão Preto perceberam e interpretaram estes processos descritos capítulo anterior. Mais especificamente, quais foram as estratégias por parte da elite dominante e da nova classe de técnicos-cientistas, para “produzirem” simbólica e materialmente o espaço urbano. Os poucos estudos existentes sobre o período considerado aqui (1889-1930), que tratam das mudanças sofridas neste espaço, estão ligados principalmente aos aspectos técnicos, estéticos, legislativos, econômicos e demográficos desta “produção” da cidade de Ribeirão Preto⁹.

Entendemos que uma sociedade que sofreu mudanças tão complexas em sua estrutura em tão pouco tempo, não pode ser estudada apenas sob os fundamentos destas abordagens. Levando-se em consideração todas as limitações impostas numa pesquisa deste tipo, o que pretendemos é justamente compreender e explicar parte da dinâmica sociocultural subjacente a todas as transformações descritas acima, tentando assim, contribuir para o entendimento sociológico da história da cidade de Ribeirão Preto.

Esta opção remete-nos ao universo das representações simbólicas¹⁰ e, mais especificamente, ao pensamento de Bourdieu, que situa as representações através da linguagem no centro de um jogo de poder. Segundo este autor, através das palavras, um grupo, que está disposto num determinado espaço do campo social¹¹, e que detêm um certo poder, participa de um enfrentamento político com outros grupos, com a

⁹ Estes estudos são principalmente da área de arquitetura e urbanismo. Ver Sanches (2003); Silva (2002); Silva (1998).

¹⁰ Utilizo o conceito de representações simbólicas no sentido durkheimiano, ou seja, como categorias do pensamento que subjazem princípios classificatórios específicos, e que têm como objetivo “tornar compreensíveis, inteligíveis, as relações existentes entre os seres e os fatos” (Durkheim: 1988, p. 197).

¹¹ Sobre o conceito de campo social, ver Bourdieu (1989b, p. 135).

finalidade de impor sua visão de mundo de acordo com os seus interesses num jogo de relações de poder (1989a,b)¹². Estas tentativas de imposição de uma visão legítima do mundo social (“lutas de classificação”), são pautadas pela lógica da diferença, ou seja, elas visam - por meio da nomeação - fazer e desfazer grupos (1989a; 1998). As palavras têm o poder, então, de fazer existir aquilo que existe, determinando os benefícios materiais e simbólicos exclusivos dos grupos nomeados (*ibidem*).

A eficácia das classificações é definida como um ato de “magia social”, isto é, como uma capacidade de agir sobre o mundo através de palavras (Bourdieu: 1998). Além de refletir as diferenças e desigualdades do campo social já existentes, a nomeação simbólica institui uma divisão, e separa um conjunto de pessoas que, a partir daí, passam a ser identificadas por características comuns. Este “rito de instituição” tem a função de impor fronteiras mágicas (simbólicas) e delimitar uma “linha” que circunscreve um determinado grupo, impondo-lhe uma essência social, isto é, um conjunto de propriedades distintivas regidas por atribuições pelos quais as pessoas deste grupo têm que se comportar (*ibidem*). A estratégia adotada para a legitimação destas (di)visões, “consiste em naturalizar a diferença e transformá-la numa segunda natureza através da inculcação e da incorporação sob a forma de *habitus*” (*ibidem*, p. 103).

Enfim, o que se pretende nesta pesquisa, é considerar este aspecto da chamada “realidade social”, para compreender o processo de “modernização” de uma cidade do interior paulista. O domínio das representações remete-nos a todo um universo de visões e divisões do mundo social que, se ficarmos restritos apenas aos aspectos técnicos, econômicos e legislativos, não poderemos perceber. Isto se faz mais urgente a partir do momento em que se considera uma cidade como Ribeirão Preto de fins do século XIX e começo do XX, extremamente dependente do meio rural e,

¹² Vale lembrar que essa operação não tem nenhuma intencionalidade racional por parte dos agentes (Bourdieu: 1989b).

conseqüentemente, do universo de valores e crenças típicos do mundo hierárquico tradicional brasileiro.

Este fator é fundamental para tentar descobrir algum modelo de desenvolvimento dos núcleos urbanos de cidades médias do interior paulista. Pois, na medida em que os estudos que consideram a “produção” social da cidade sob o ponto de vista das representações simbólicas, estão concentrados em sua quase totalidade nas capitais brasileiras (principalmente São Paulo e Rio de Janeiro), julgamos necessário uma certa relativização, ou seja, considerar que as cidades médias possivelmente disponham de uma dinâmica própria, e que sua explicação não seja uma simples transposição das teorias formuladas através dos estudos realizados sobre as capitais. Isto fica patente na bibliografia utilizada na pesquisa, pois, ou são estudos que não levam em consideração o universo simbólico ou, quando sim, são estudos que se limitam a São Paulo e Rio de Janeiro.

Para que todos esses objetivos expostos acima sejam concretizados, as fontes que serviram de base para a referente pesquisa foram: relatórios dos Intendentes, Prefeitos e Presidentes da Câmara, Códigos de Posturas, obras de memorialistas, almanaques, revistas, mapas e fotografias, produzidos no momento da “modernização” da cidade, entre 1889 a 1930.

De um modo geral, os jornais e os relatórios forneceram fragmentos de representações sociais que revelavam como aquela sociedade percebia a transformação do espaço urbano, especificamente, por se tratar de fontes extremamente comprometidas com as elites, ajudaram-nos a compreender os discursos que visavam a legitimação de sua visão de mundo. Além de serem muito descritivos por conterem os balanços das administrações municipais, os relatórios também eram permeados por um discurso no qual se pretendia transmitir a idéia de “progresso” que se imaginava

pertencer à cidade de Ribeirão Preto no período considerado. Junto com os Códigos de Posturas, puderam nos dar a noção da tentativa, por parte do poder público, do controle municipal sobre o espaço urbano. Este controle manifestava-se através da construção de uma tímida legislação que previa os instrumentos necessários para a gerência e fiscalização da cidade de Ribeirão Preto (Sanches: 2003, p. 123).

Os jornais, enquanto representantes de uma “opinião pública”, isto é, “opinião construída por todos aqueles que conseguiam se expressar em público” (Adorno: 1990, p. 11), são muito interessantes, pois deixam transparecer idéias que, mesmo não estando em desacordo com o que pensava o poder público, transmitiam os sentimentos de pessoas que estavam vivenciando, em seu cotidiano, as rápidas transformações por que passava a cidade de Ribeirão Preto. Enfim, o que pudemos captar nos discursos advindos do poder público é a percepção de quem estava diretamente ligado às ações que incidem sobre o espaço urbano e que eram responsáveis por geri-lo. Já os jornais representavam o olhar de um determinado grupo, muito ligado às profissões tipicamente urbanas – como advogados, médicos, engenheiros, comerciantes e jornalistas–, que passavam a conviver de perto com a metamorfose da urbe que habitavam.

As obras produzidas pelos memorialistas possuem um papel fundamental na história dos municípios; via de regra, representam a história oficial. Os relatos memorialistas podem representar a possibilidade de caracterização do passado da cidade, pois são muito descritivos. Mas é preciso lembrar que estavam comprometidos com conceitos e noções de progresso que nortearam as intervenções na cidade; por isso, levando-se em conta os objetivos desta pesquisa, serviram como fonte. As fotografias, revistas e almanaques sobre Ribeirão Preto tiveram o papel de divulgar a consolidação da imagem de uma cidade moderna, sendo o suporte visual e textual do discurso de

construção desta cidade imposta pela elite, funcionando como legitimação e reprodução de uma concepção acerca dos espaços urbanos.

Nosso intuito não foi simplesmente tomar a iconografia como um mero apêndice ou ilustração dos recursos textuais citados acima. As fotografias nos ajudaram a direcionar o entendimento e a compreensão das representações sobre o espaço urbano. De acordo com Essus (1997, p. 281), as imagens fotográficas produzidas no período correspondente à República Velha, no Rio de Janeiro, registraram minuciosamente o processo de modernização da cidade. Neste caso, a cidade reformada era objeto dos olhares de fotógrafos interessados em registrar, acima de tudo, um processo de regeneração simbólica de uma sociedade ainda marcada pela “confusão” da convivência entre pobres, mestiços, negros e doentes, e os brancos, civilizados e sadios (*idem*, p. 284). Enfim, a fotografia cumpria o papel de preservar para o futuro uma determinada imagem do presente plenamente associada aos signos da modernidade (de fachada), distinguindo e ordenando o ambiente urbano e, conseqüentemente, a sociedade carioca (*idem*, p. 286).

Acreditamos que em Ribeirão Preto, no período analisado, as fotografias também revelavam uma preocupação com a organização espacial da cidade. Cavenaghi (2003, p. 167), ao estudar as imagens produzidas sobre a cidade de São José do Rio Preto no final do século XIX e começo do XX, afirma que “a construção imagética do urbano condicionou-se às tentativas de esquecimento do passado, para a assimilação de novos e constantes contextos relacionados ao seu suposto desenvolvimento e progresso”. Assim como nesta cidade do interior paulista, em Ribeirão Preto encontramos uma série de fotografias que demonstraram a tentativa de construção de uma imagem urbana estritamente relacionada a um ideário de modernidade e progresso.

Por esse motivo, justifica-se uma atenção maior quanto à importância desse recurso documental para ajudar-nos a alcançar os objetivos propostos na presente pesquisa. Não analisamos cada fotografia em particular, mas foi a partir delas, ou seja, tomando-as como orientadoras da análise a ser feita, que desenvolvemos todo o nosso texto.

* * *

A partir de agora, faremos uma caracterização das intervenções e transformações por que passou o espaço urbano da cidade de Ribeirão Preto. Isto nos dará uma dimensão acerca do processo sobre o qual estamos tentando entender. Para um melhor entendimento do texto, e levando-se em consideração a própria análise dos documentos citados no capítulo anterior, dividimos nossa apresentação em três partes. O critério utilizado para esta divisão decorreu da classificação das intervenções urbanas realizadas no período considerado, na cidade de Ribeirão Preto.

Assim, na primeira parte abordamos a questão da higienização dos espaços urbanos, levando em consideração as medidas sanitárias adotadas, principalmente as que visavam o extermínio das epidemias. Já num segundo momento, as ações que tinham como objetivo dotar a cidade de calçamento e regular o trânsito foram tomados a parte, por estarem relacionadas à ordenação da circulação de pessoas, automóveis e mercadorias. Por último, focamos o embelezamento da cidade, especialmente os jardins públicos, que apontavam a tentativa de construção de imagens associadas às grandes cidades européias, modernas e desenvolvidas.

CAPÍTULO 2



Transformações urbanas **A higienização dos espaços**

É importante enfatizar que o município de Ribeirão Preto, no final do século XIX e começo do XX, era o maior produtor de café do Brasil. Para se ter uma idéia, em 1920 o Brasil produzia mais ou menos 75% do café mundial, São Paulo, maior Estado produtor, representava 70% da produção brasileira, e a região da Mogiana, onde se localizava Ribeirão Preto, produzia cerca de 35% do café de São Paulo (Godoy: 2000). Só que, aos olhos de nossos políticos locais e de nossa elite como um todo, essa pujança não poderia ficar restrita apenas ao aspecto produtivo e econômico, ela deveria materializar-se através de “melhoramentos” a serem realizados no espaço urbano:

(...) a nossa Cidade (Capital do Oeste) não oferece ainda aos seus habitantes as desejáveis condições de asseio e embelezamento a que tem direito, como grande centro commercial e agrícola.

Saneal-a corrigindo os defeitos de seu solo e embellesal-a por meio de obras de reconhecida commodidade publica deve ser d’ora avante o escopo de uma bem intencionada administração municipal (...) ¹³.

Foi com esse objetivo que em todas as administrações o tema do saneamento e do embelezamento estiveram presentes, pelo menos nos relatórios pesquisados encontramos estes dois assuntos permeando todo o discurso dos Prefeitos e dos Presidentes da Câmara Municipal. Nas disposições contidas nos Códigos de Posturas, torna-se evidente a preocupação com a questão do saneamento e a higiene do município. O artigo 30 do código de 1902 explicita claramente uma das funções da Câmara Municipal que,

¹³ APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 7 de janeiro de 1905.

(...) pelos seus agentes, fiscalizará toda obra, construção ou edificação que for feita dentro do perímetro da cidade, tendo em vista velar pela fiel observância de quando respeitar a *hygiene* e segurança das obras ou edificações e ao *embelezamento* da cidade e dos seus arrabaldes¹⁴.

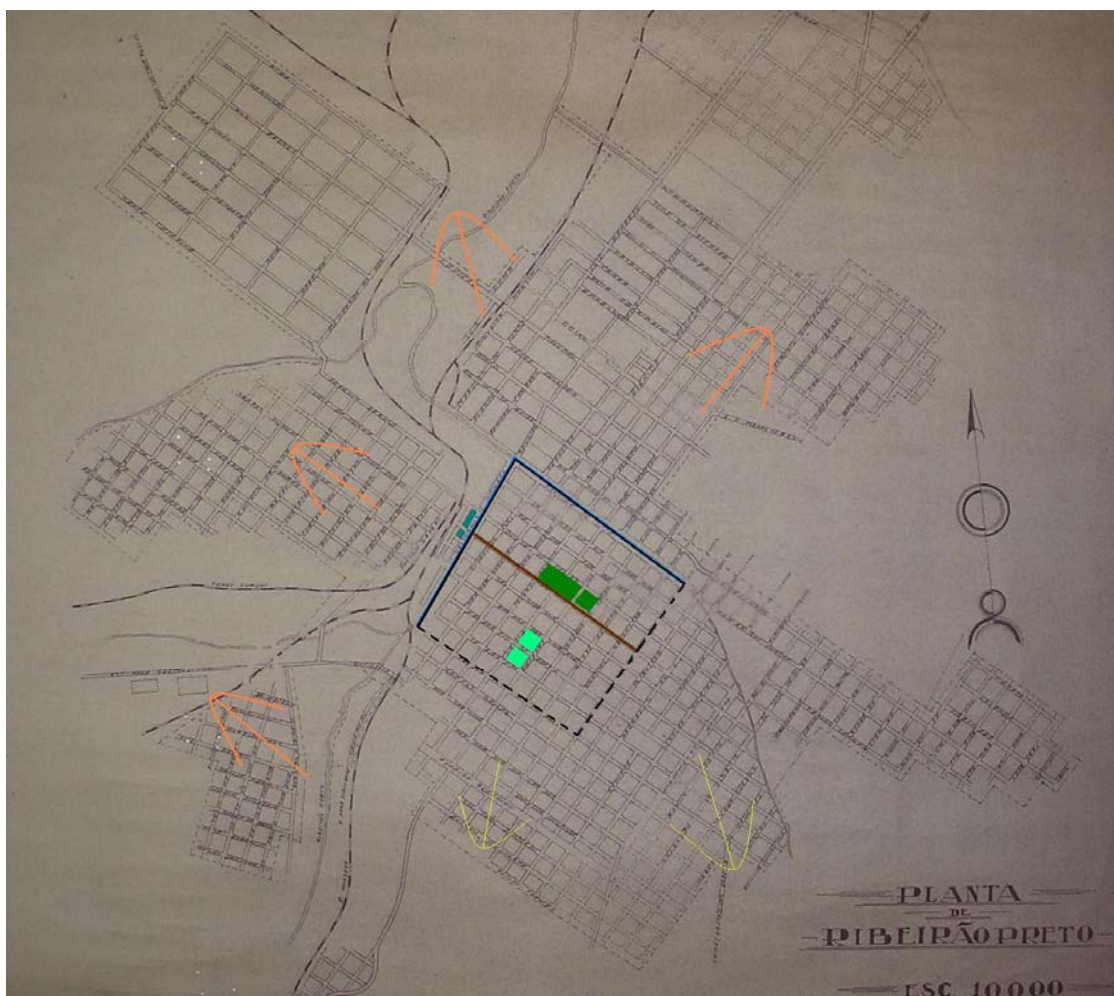
De acordo com Sanches (2003, p. 105), tratava-se de preparar, através de leis específicas, o ambiente urbano para receber a incipiente burguesia urbana e a burguesia cafeeira, que começava a transferir suas casas para a área citadina. Somavam-se a essas ações as regulamentações que pretendiam organizar esteticamente as construções particulares e as que aspiravam conter os comportamentos considerados “imorais” praticados nos novos espaços que estavam surgindo a partir de então, como as praças embelezadas e passeios públicos.

Entretanto, estas inquietações incidiam sobre um determinado espaço da cidade de Ribeirão Preto. Sua localização, delimitada pelos Córregos Ribeirão Preto e do Retiro, era caracterizada como sendo a própria “parte urbana”¹⁵, excluindo-se portanto os bairros “operários” e os “subúrbios”, como eram chamados, situados nos arredores da cidade. A grande maioria das intervenções foi realizada nesta área, ou seja, delimitava-se e distinguia-se os espaços destinados à elite e às classes populares, iniciando-se a tentativa de eliminação da desconfortável convivência entre os diferentes grupos sociais. Resta-nos então demonstrar quais eram as categorias presentes nos discursos representativos do poder público. Assim, tentaremos descobrir a lógica que permeia as transformações urbanas da cidade de Ribeirão Preto em fins do século XIX e começo do XX.

¹⁴ Grifo meu. Código de Posturas – 1902. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto – APHRP.

¹⁵ APHRP. Relatório da Presidência da Câmara Municipal apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1928.

Abaixo, destacamos a representação gráfica da área urbana do município. Note-se a delimitação do espaço em que se concentraram as atenções da administração pública. É aí que incidirão as regulamentações e tentativas de normatização do espaço. Apesar de referir-se a cidade como um todo, a fiscalização era, de acordo com as fontes pesquisadas, concentradas nesta área¹⁶.



APHRP. Planta de Ribeirão Preto – sem data¹⁷.

Legenda:

Linha contínua azul: Córregos Ribeirão Preto e do Retiro

Linha pontilhada preta: delimitação da área “urbana”

Linha marrom: R: General Osório

Retângulo verde: Praça XV de Novembro

Retângulo verde claro: Praça 13 de Maio

Retângulo verde-água: Praça Francisco Schmidt

Setas amarelas: indicam a área de expansão da elite

Setas alaranjadas: indicam a área de expansão das classes pobres

¹⁶ Para entender o papel da lei como configuradora da segregação espacial, ver Rolnik (1991).

¹⁷ Segundo informações dos funcionários do APHRP, esta planta foi elaborada na década de 1920.

A higienização dos espaços

Como podemos perceber na planta da cidade de Ribeirão Preto acima, há uma clara delimitação da área em que foram feitas as intervenções e que recebeu diversos “melhoramentos”. Assim, uma das primeiras obras efetuadas e que mereceram uma atenção especial da administração pública foi justamente a retificação, canalização e aterro das margens dos dois córregos que cercavam a área “urbana”.

Como os relatórios pesquisados constituem, acima de tudo, um balanço orçamentário do exercício administrativo de cada governo, todos os Prefeitos e Presidentes da Câmara justificavam o gasto de cada obra realizada sob suas ordens. De uma determinada maneira, isso contribui bastante para os nossos objetivos, pois podemos captar um discurso no qual transparece uma determinada lógica que estamos tentando entender aqui.

Dessa forma, a “necessidade” da retificação, canalização e aterro dos dois córregos é entendida como conseqüência de uma “ameaça” à vida sanitária do município, através de uma possível epidemia de febre amarela ou de varíola. Esta necessidade foi reconhecida pela Intendência, que continuou

(...) as obras de saneamento dos Corregos, rasgando, retificando e alargando os seus leitos, aterrando suas margens e saneando os extensos pantanaes que circundam esta Cidade, por meio de valletas e drenos que encaminham para os referidos Córregos as águas estagnadas¹⁸.

¹⁸ APHRP. Relatório da Presidência da Câmara Municipal apresentado em sessão de 31 de dezembro de 1896.



Córrego Ribeirão Preto canalizado – 1911. In: Rev. Brasil Magazine.

Em 1903, continuaram as obras de melhoramentos do Córrego Ribeirão Preto estabelecendo um convênio com a Companhia Mogiana, que ficaria responsável pelo aterro da margem esquerda do referido córrego, na qual estava situada sua Estação, enquanto a municipalidade faria as obras da margem direita. Além disso, ficaria a Companhia responsável pelo aterro da Praça Francisco Schmidt, localizada ao lado da Estação. Para completar, a prefeitura contratou o Engenheiro Samuel das Neves para a retificação do Ribeirão Preto por uma extensão de 4Km, esperando que “não se reproduzam mais os casos de febre palustre de que todos os annos eram atacados os moradores das proximidades daquelle trecho do corrego”¹⁹. Assim, “a par do immenso beneficio do completo saneamento dos terrenos alagadiços alli existentes, virá a ser aquelle um dos pontos mais bellos e mais aprazíveis da cidade”²⁰.

¹⁹ APHRP. Relatório da Intendência Municipal apresentado em sessão de 10 de janeiro de 1903.

²⁰ *Idem* nota anterior.



Praça Francisco Schmidt – de 1908 a 1911 (Foto 138). Autor: Flósculo de Magalhães.

Não podemos afirmar se as obras de retificação dos córregos resolveram o problema das epidemias como se esperava. O que sabemos é que em 1914 foram encontradas reclamações, nos jornais, sobre a situação da baixada do Córrego do Retiro acerca do seu prejuízo ao embelezamento e saneamento da cidade:

Este trecho da nossa “urbs”, enravado em seu seio, tendo de comprimento um quilômetro, aproximadamente, e de largura mais de duzentos metros, é percorrido, em toda a sua extensão, pelo referido córrego, em leito sujo, raso e de pequena civilidade. Dentre os inúmeros prejuízos á hygiene d’ahi resultantes, devemos salientar o do estado em que se acham os terrenos adjacentes, cujos níveis, mais baixos que o do leito do córrego, favorecem a infiltração das águas, conservando-as

estagnadas, constituindo, assim, um verdadeiro foco do impaludismo²¹.

Além disso, em 1927 elas não foram suficientes para evitar uma grande enchente do Ribeirão Preto, prejudicando tanto bairros “pobres” e “operários”, quanto a “parte urbana” da cidade:

O bairro da Republica foi o mais prejudicado. Os seus habitantes, na maioria pobres e operários, tiveram os seus lares invadidos pela agua e viram destruídos quase todos os seus moveis. A parte urbana, entre as ruas José Bonifácio e Jeronymo Gonçalves, também foi enormemente prejudicada. O commercio daquella parte da cidade soffreu sérios e avultados prejuízos²².



Av. Jerônimo Gonçalves (Foto 93)



R. Gal Osório (Foto 95)

Enchente de 1927. Autor: Aristides Motta

A ameaça de uma epidemia também forneceu elementos justificadores para que fosse feita a instalação da rede de esgotos “num certo perímetro da cidade”²³. Para isso, em 1899 foram contratados os engenheiros Dr. Flavio de Mendonça Uchôa e Dr. Manoel Tapajós para que a cidade ficasse dotada com um

²¹ ASPECTOS LOCAES. Jornal “A Cidade”. 20 de agosto de 1914.

²² APHRP. Relatório da Presidência da Câmara Municipal apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1928.

²³ APHRP. Relatório da Intendência Municipal apresentado em sessão de 7 de janeiro de 1902.

(...) excelente melhoramento em suas condições higiênicas, ex como see ser a rede de esgotos que possui e cujo plano foi concebido e a risca executado de acordo com os severos preceitos de engenharia moderna, constituindo *per se* um meio de defesa urbana, contra qualquer morbus epidêmico d'um valor patente e inestimável (...). A instalação da rede de esgotos não deixou entretanto de onerar a Municipalidade, mas porisso não é a Câmara passível de censura porque se tratava da criação de um melhoramento urbano urgentíssimo, de necessidade indeclinável, a vista da densidade da população e do perigo da invasão de epidemias mortíferas de febre amarela que por mais de uma vez assolaram localidades próximas e outras mais remotas, mas em franca comunicação com a nossa cidade, pelo ferro via Mogyana²⁴.

Podemos notar que as supostas causas das epidemias estavam relacionadas com a água e sua má circulação, mais precisamente com as águas estagnadas. O empenho da administração municipal constituía-se, então, no provimento de água, e isso, entre outras razões, “pela consideração de que exgottos sem abastança e fartura d'agua, convertem-se numa ameaça permanente e terrífica á salubridade publica”²⁵.

Os códigos de posturas também expressam a preocupação com a circulação da água, principalmente no interior das habitações. Sob a alegação de que era preciso salvaguardar a “salubridade pública”, proibia-se a construção de prédios em solos úmidos e alagadiços, e a manutenção de águas estagnadas. A canalização da água deveria ser feita convenientemente, de forma que as habitações possuíssem amplo

²⁴ APHRP. Relatório da Intendência Municipal apresentado em sessão de 7 de janeiro de 1902.

²⁵ APHRP. Relatório da Intendência Municipal apresentado em sessão de 10 de janeiro de 1903.

abastecimento. Caso contrário quem não observasse essas regras estaria sujeito á multas previstas no próprio código²⁶. Além disso, ninguém poderia, sob qualquer pretexto,

(...) impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas das ruas, praças e logradouros da cidade e dos arrabaldes, desviando, alterando, deteriorando ou obstruindo tais servidões²⁷.

Mas não se restringia somente a isso, pois a circulação, agora de pessoas que chegavam aos milhares através da ferrovia, poderia colocar em “perigo” uma cidade em crescente expansão. Era justamente a ferrovia que, ao mesmo tempo em que se vinculava ao ideário “progressista” e “civilizador”, representante da inserção da cidade num novo mundo (Faria: 2003, p.124), trazia a ameaça das epidemias, junto de imigrantes e viajantes.

É interessante que a solução para estes problemas se deu em forma de uma “defesa urbana”, por mais que tenha sido detectado, conforme o próprio Intendente Municipal afirma em 1902, o aparecimento de varíola em várias fazendas da região de Ribeirão Preto. Assim, complementaram-se as ações que visavam extinguir as “epidemias mortíferas” com uma “completa fiscalização domiciliar, especialmente hotéis e restaurants, onde é grande a aglomeração de pessoas procedentes de diversos pontos atacados por moléstias epidêmicas e contagiosas”²⁸. Como exemplo desta preocupação, podemos citar o fato de que os hotéis e hospedarias eram obrigados a manter um livro de registro de hóspedes em que continha informações sobre a nacionalidade, profissão, procedência, destino e a idade das pessoas, e que deveria ser apresentado à autoridade policial sempre que solicitado²⁹.

²⁶ Art. 64, Código de Posturas – 1889; arts. 45, 263, 269, Código de Posturas – 1902. APHRP.

²⁷ Artigo 251, Código de Posturas – 1902. APHRP.

²⁸ APHRP. Relatório da Intendência Municipal apresentado em sessão de 7 de janeiro de 1902.

²⁹ Artigo 98, Código de Posturas – 1889 e artigo 128, Código de Posturas – 1902. APHRP.

A preocupação com as ameaças epidêmicas e sua prevenção através de fiscalizações domiciliárias esteve presente também nas regulamentações contidas nas posturas municipais. Assim, todos os moradores eram obrigados a liberar as dependências de suas casas para serem examinadas pelo fiscal municipal, principalmente quanto ao estado de “asseio e limpeza”³⁰. Proibia –se o depósito de lixo e a manutenção de águas estagnadas³¹, além dos compartimentos da casa terem que ser iluminados e arejados³², tudo para não prejudicar a “salubridade pública”.

Nos jornais da época promoviam-se campanhas contra os “pardieiros que infestam e infeiam a nossa cidade”, pois não respeitam as “exigências do ponto de vista da salubridade e o lado esthetico”. Proclamava-se a necessidade de interditar os prédios em “péssimas condições hygienicas” e demoli-los, estancando a fonte de moléstias que prejudicavam o progresso da cidade³³.

De um modo geral, as regulamentações que diziam respeito ao que era considerado ideal para a higiene municipal, podem ser resumidas no seguinte artigo:

As dimensões dos diversos aposentos deverão ser calculados para os fins e números de pessoas a que devem servir, de modo que o espaço destinado a cada pessoa não seja de menos de quatorze metros cúbicos livres. Nenhum cômodo ou divisão terá menos de quatro metros quadrados de área livre, exceto os que forem destinados a latrinas, banheiros e dispensas, que poderão ser de três metros quadrados. Os forros das salas e aposentos deverão permitir a renovação do ar. As cozinhas serão afastadas dos aposentos e estabelecidas de preferência a

³⁰ Artigo 63, Código de Posturas – 1889. APHRP.

³¹ Artigo 64, Código de Posturas – 1889. APHRP.

³² Artigo 45, Código de Posturas – 1902. APHRP.

³³ A Comissão Sanitária... Jornal” Diário da Manhã”. 31 de maio de 1913.

um anexo ou puchado. Os compartimentos destinados a latrinas e banheiros não poderão ficar unidos aos aposentos de dormir, nem colocados em posição que dificulte a ventilação³⁴.

Aos poucos a ênfase dada à limpeza e à circulação de água dentro das habitações vai cedendo lugar à preocupação com a arquitetura interna, de modo a tentar evitar a aglomeração de pessoas num espaço reduzido. Era expressamente proibida a construção de estalagens e cortiços³⁵, e nas vilas operárias a serem construídas, a “disposição geral a adotar será a de dar a cada família uma habitação distinta, sendo esta distribuição conveniente para a separação necessária entre os diversos membros da família”³⁶.

Além da fiscalização, a vacinação também foi um recurso utilizado para combater todas as ameaças epidêmicas³⁷. Só em 1908, mais de vinte mil pessoas foram vacinadas nos “bairros” e “fazendas”³⁸. É curioso notar que a vacinação era feita nos “bairros” e “fazendas”, pois se a ameaça maior estava localizada no “perímetro urbano”, segundo os próprios relatórios, por ser mais suscetível devido à alta densidade populacional, por que então, estes lugares eram o foco das vacinações? Podemos supor que era bastante intenso o trânsito de pessoas vindas do meio rural e dos “arrabaldes” rumo ao perímetro central nos finais de semana, principalmente para realizar atividades relacionadas à religião, comércio, lazer, etc., o que justificaria, aos olhos dos administradores municipais, uma maior atenção com a população vinda de “fora”.

Em termos comparativos, não podemos afirmar que este tipo de ação – a vacinação – era repressivo, como ocorreu no Rio de Janeiro (Chalhoub: 1996), pois não

³⁴ Artigo 99, Código de Posturas – 1902. APHRP.

³⁵ Artigo 101, Código de Posturas – 1902. APHRP.

³⁶ Artigo 103, Código de Posturas – 1902. APHRP.

³⁷ O artigo 56 do Código de Posturas de 1889 (APHRP) obrigava qualquer pessoa residente no município a vacinar-se.

³⁸ APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 7 de janeiro de 1909.

encontramos, nos documentos analisados, nenhuma reclamação ou informação que possibilitaria afirmar isso. Mas este fato não significa que as classes populares não sentiram a diferenciação no tratamento das questões urbanas. O certo é que seus habitantes não estavam contentes com a pouca preocupação da prefeitura em relação aos seus bairros “operários”, tanto que em 1908, encaminhou-se um ofício à Empresa de Águas e Esgotos pedindo explicações pela falta de água que assola os moradores de algumas ruas da cidade. Reclamava que isso poderia ser nocivo à higiene e pedia para estender a rede de esgotos à Vila Tibério. Ou seja, não há até o momento, este melhoramento no referido bairro. Aliás, os próprios Prefeitos e Presidentes da Câmara citam a necessidade de estender os diversos melhoramentos por vários pontos da cidade que apresentavam “aspectos indesejáveis”, no sentido de contribuir para a “salubridade pública”, mas ações concretas não são realizadas durante todo o período estudado, restringindo-se a algumas intervenções pontuais:

Devido á falta de esgoto em alguns pontos mais afastados do centro urbano, há ruas que apresentam aspectos indesejáveis por causa das águas de serventia que se escoam dos quintaes de prédios onde não existem instalações sanitárias. Enquanto não se prolongar a rede de esgotos até essas ruas não poderá haver rigoroso asseio nesses pontos³⁹.

A distinção e delimitação do espaço urbano, em que a “área central” seria a beneficiada pelos diversos melhoramentos e seus “arrabaldes” não fariam parte das prioridades do poder público, são reforçadas por um incipiente zoneamento contido nas posturas municipais. Em 1889 aprovou-se a proibição de instalação de fábricas dentro

³⁹ APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1926.

da povoação que prejudicassem a “salubridade pública”⁴⁰. Já em 1902, no segundo Código, vedava-se a instalação,

(...) *dentro do quadro central da cidade*, de fabricas de sabão, óleos, velas de sebo, curtumes, máquinas de beneficiar café, arroz ou milho, depósitos de sal em grande quantidade e outros estabelecimentos que pelas matérias primas exalem vapores que tornem nociva a atmosfera, ou por qualquer modo prejudiquem a salubridade ou incomode a vizinhança⁴¹.

Note-se a especificação que demarca muito bem onde a “salubridade pública” deveria ser resguardada. Além das fábricas, o comércio também tinha sua regulamentação, proibindo-se os mascate e negociantes ambulantes de exercerem suas atividades em qualquer ponto do município sem obterem uma licença anual da Câmara Municipal⁴². Poderemos entender melhor o motivo pelo qual esta proibição e restrição fizeram sentido, pela reclamação encontrada no seguinte artigo de jornal:

As posturas municipaes prohibem os vendedores de hortaliças, fructas etc, e os carregadores de transitarem nos passeios, prohibição aliás muito justificada. Entretanto, aquellas posturas parecem letra morta. As famílias são continuamente obrigadas a descer dos passeios para cederem logar a indivíduos mal trajados, carregando cestos de fructas, caixões e até animaes. Em plena rua General Osório, a nossa Avenida continuamente estão se reproduzindo scenas pouco edificantes. Trata-se de um

⁴⁰ Artigo 54, Código de Posturas – 1889. APHRP.

⁴¹ Artigo 144, Código de Posturas – 1902. APHRP.

⁴² Artigo 111, Código de Posturas – 1902. APHRP.

abuso que bem merece da prefeitura uma repressão prompta.

Joaquim de Menezes⁴³.

Os ambulantes, “indivíduos mal trajados”, estavam na mira de um processo que tinha por objetivo organizar as funções do espaço público, isto é, separar e alocar cada coisa em seu lugar. Assim, as “cenas pouco edificantes” encontradas em “plena rua General Osório” incomodam justamente por se acharem neste logradouro, considerada a principal via da cidade e símbolo do “prestígio da rainha do Oeste”. Além disso, “as famílias” eram obrigadas a conviver com estes indivíduos, “ameaçando” sua vontade de ordenar o espaço público. Uma incipiente restrição de certos espaços a determinados grupos começa a despontar aqui.



Rua General Osório – 1926. In: Cione: 1989.

O que se deveria estar presente e disponível à observação de todos é a imagem de limpeza e higiene, e não “aquella fileira indecente de kiosques, onde os gêneros, expostos ao pó e a toda sorte de immundicies, attrahem nuvens de moscas, de

⁴³ RECLAMAÇÃO. Jornal “A Cidade”. 11 de setembro de 1909.

nauseabundas moscas, vehiculos de tantas calamidades”⁴⁴. A solução encontrada para este “problema” foi a restrição do comércio alimentício dentro do Mercado Municipal, inaugurado em agosto de 1900.



Mercado Municipal – 1905 (Foto 54). Autor: João Passig.

Aliás, o mercado sempre foi alvo das ações do poder público municipal, pois nem sempre mantinha as condições higiênicas consideradas ideais. Para termos uma noção, no relatório do Prefeito João Rodrigues Guião, isto é, vinte e três anos após a inauguração do mercado, encontramos reclamações acerca de sua situação sanitária:

Por falta de commodos, muitas mercadorias, como verduras, aves, fructas, ficam expostas ao sol ou á chuva em local desabrigado, causando má impressão e prejuízo aos interessados. (...) A collocação do Mercado, por ser central e próxima á estação do Mogyana e da Praça Schmidt,

⁴⁴ COM O SR. CRISPIM. Jornal “Diário da Manhã”. 11 de março de 1913.

ultimamente embellezada, exige melhoramentos, que o possam tornar compatível com o aspecto aprazível e hygienico desse logares circunjacentes⁴⁵.

Pode-se perceber a tentativa de regularização de uma atividade considerada anti-higiênica e que estaria próxima (talvez seja considerada imprópria justamente por essa condição de proximidade) de uma área que recebeu um melhoramento “aprazível e hygienico” que contribuíram para o “embellezamento” e o asseio daquele espaço. Nota-se aqui, a oposição nítida que se tentava construir entre áreas higiênicas, belas, melhoradas – passíveis de receberem os melhoramentos – e seus opostos, ou seja, aqueles espaços que causavam “má impressão”. A presença destes espaços, justamente num local destinado aos melhoramentos, poderia permitir uma maior fluidez nas fronteiras simbólicas que estavam em construção naquele momento, tendo como suporte categorias como “higiene” e “beleza”. Como consequência, estaria ameaçada a rigidez necessária para se estabelecer a distinção entre os espaços.

Paralelamente à higienização de determinados espaços, deveria corresponder, aos olhos dos reformadores urbanos, a “higienização moral” dos indivíduos freqüentadores destes mesmos lugares. Toda uma gama de “desclassificados” esteve sujeita a diversas ações por parte do poder público, através dos Códigos de Posturas:

O individuo que se embriagar e assim for encontrado nas ruas e praças da cidade ou em qualquer lugar público, promovendo desordens ou incomodando o sossego público será multado⁴⁶.

Aquele que nas ruas e praças e outros lugares públicos, preferir palavras obscenas ou injuriosas ou for encontrado na prática de atos ofensivos à moral e bons costumes, será multado⁴⁷.

⁴⁵ APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 26 de abril de 1924.

⁴⁶ Artigo 89, Código de Posturas – 1889. APHRP.

As meretrizes que, por palavras ou gestos, ofenderam a moralidade pública, ou que se apresentarem nas ruas ou praças sem a necessária decência, incorrerão na mesma sanção anterior⁴⁸.

Todo o indivíduo, de qualquer sexo ou idade que for encontrado sem ocupação ou estado de vagabundagem, será mandado a presença da autoridade policial⁴⁹.

Se a formação de um espaço público urbano possibilitou a convivência entre os diversos grupos sociais, algumas práticas vivenciadas por aquelas pessoas que estavam lidando com o referido processo, especificamente uma elite recém saída das fazendas e que ia se tornando cidadina, tentavam barrar o contato com os grupos sociais marginalizados daquele período. Diversas categorias vão aos poucos entrando em cena, como por exemplo, o bêbado, o vagabundo, o desordeiro, a prostituta, o feiticeiro, o mendigo, o louco, o cigano, o moleque, etc.

Na verdade, essas personagens vão surgindo sempre associadas a determinados estigmas e valorações negativas. Isto fica muito claro quando analisamos os artigos de jornais e observamos que em quase todos encontramos referências abordando o tema. Sempre em nome de uma “moralidade pública”, ou do “respeito às famílias” e “sossego da cidade”, reclamavam uma ação enérgica visando a punição dos “elementos maus” que “infestavam” os lugares suspeitos:

Não há muito tempo, para atender a constantes reclamações do publico, as autoridades policiaes emprehenderam uma seria campanha contra os vagabundos que infestam esta cidade. (...).

A nossa população não pode estar á mercê de indivíduos que

⁴⁷ Artigo 226, Código de Posturas – 1902. APHRP.

⁴⁸ Artigo 227, Código de Posturas – 1902. APHRP.

⁴⁹ Artigo 237, Código de Posturas – 1902. APHRP.

constituem uma ameaça constante á tranqüilidade publica, dos vagabundos que, não trabalhando, forçosamente hão de recorrer a meios illicitos para prover a própria subsistência. Ainda hontem estiveram na repartição da policia os cidadãos Vicente Ripoli, Humberto Brancalone, Estevam Gomes e alferes João d’Alessis, que lá foram pedir providencias contra os desocupados que estacionam nas portas de botequins e restaurantes á rua General Osório, promovendo algazaras, desrespeitando famílias com gestos e palavras obscenos, durante todo o dia e até tarde da noite. O dr. Delegado de policia vai attender a justa reclamação, procurando expurgar esta cidade desses parasitas perigosos⁵⁰.

Como uma praga, “desocupados” e “vagabundos” infestavam os botequins e restaurantes, ameaçando a ordem pública. É interessante perceber que a denominação de público, neste caso, corresponde não a uma concepção geral que abarcaria os cidadãos como um todo, mas às “famílias”. Em outros documentos pesquisados fica evidente que essas “famílias” correspondiam às tradicionais famílias, advindas da oligarquia cafeeira⁵¹. Ou seja, certos espaços, como a Rua General Osório, considerada a principal via de Ribeirão Preto, deveriam ser exclusivos das classes dominantes. Às pessoas que estavam submetidas ao rótulo genérico de “vagabundos” e “parasitas perigosos” restavam escapar destas classificações e nomeações que as criminalizavam antes mesmo do crime, como transparece no trecho acima a respeito dos meios de obtenção da própria subsistência.

⁵⁰ OS VAGABUNDOS. Jornal “Diário da Manhã”. 6 de junho de 1912.

⁵¹ Para um aprofundamento desta questão, ver Godoy (2000).

Frente a todas essas ameaças, a solução possível estava no empreendimento de uma “campanha regeneradora”⁵², em que os “perturbadores da ordem”⁵³ deveriam ser literalmente “caçados”:

O major Antonio Alves da Costa Ferreira, sub delegado de policia, deu hontem caça aos vagabundos que infestam alguns pontos da cidade. S.s. intimou os proprietários de botequins que não admittam reuniões dessa gente em suas casas⁵⁴.

O major Antonio Alves da Costa Ferreira, subdelegado de policia, andou hontem pelos arrabaldes do Bom Retiro, Barracão, Dr. Olympio, dando caça aos vagabundos, nada conseguindo, pois, estes, que são em grande numero, já se achavam *devidamente* refugiados⁵⁵.

Ainda hontem o sr. major Antonio Alves, sub-delegado de policia, proseguiu na sua louvável perseguição aos vagabundos. O resultado, porém, foi quase nullo. Só se *deixou* apanhar a preta Maria Antunes de Britto⁵⁶.

Foi effectuada hontem, á noite, no cinema Rio Branco, a prisão de um casal de pretos que se achava embriagado⁵⁷.

A policia local em uma diligencia a que procedeu hontem conseguiu effectuar a prisão de treze indivíduos conhecidos

⁵² CONTRA A JOGATINA. Jornal “A Cidade”. 16 de abril de 1905.

⁵³ MEDIDAS POLICIAES. Jornal “Diário da Manhã”. 2 de maio de 1914.

⁵⁴ CAÇA AOS VAGABUNDOS. Jornal “A Cidade”. 15 de junho de 1912.

⁵⁵ POLÍCIA. Jornal “Diário da Manhã”. 7 de junho de 1912.

⁵⁶ CAÇA AOS VAGABUNDOS. Jornal “Diário da Manhã”. 9 de junho de 1912.

⁵⁷ PRISÃO. Jornal “Diário da Manhã”. 21 de agosto de 1913.

vagabundos, em varios botequins á rua General Osório e José Bonifácio⁵⁸.

A policia andou hontem em diligencia pela cidade, visando principalmente a caça aos vagabundos, tendo conseguido “varrer” para a cadeia grande numero de fervorosos adeptos do “doce far niente”⁵⁹.

O dr. Mamede da Silva, delegado de policia, hontem, deu caça aos vagabundos, na cidade, tendo ordenado para que de hoje em diante se proceda á vigilância nos arrabaldes⁶⁰.

Se antes a generalidade da nomeação possibilitava o enquadramento de quaisquer “suspeitos”, agora, como vimos nos trechos acima, delimitava-se nitidamente os locais onde deveriam ser encontrados. Os botequins, lugares tipicamente freqüentados pelas classes populares (Sousa: 2004), e os arrabaldes, onde moravam, eram os espaços-alvo da ação repressora da polícia.

A repressão à vadiagem, marcada por intensa coerção e violência, fez parte, de acordo com Kowarick (1987), da formação de um mercado de mão-de-obra livre no Brasil. Raízes culturais e políticas, advindas desde o período escravocrata, pautavam a concepção de trabalho de muitos fazendeiros ligados ao café, o que implicava numa visão dos nacionais como “verdadeiros ‘vadios’, imprestáveis para o trabalho” (*idem*, p. 47). Na verdade, os que não se sujeitavam ao regime árduo e penoso do trabalho rural, preferindo ganhar a vida de outras maneiras, eram vistos como indolentes, cheios de vícios e, conseqüentemente, propensos ao crime (*idem*).

Além das ações contra os “vadios”, crianças e prostitutas também eram alvo de reclamações das pessoas que conseguiam se expressar através dos jornais. Para elas, as

⁵⁸ A policia local... Jornal “Diário da Manhã”. 3 de setembro de 1913.

⁵⁹ A VADIACÃO. Jornal “Diário da Manhã”. 2 de abril de 1914.

⁶⁰ O dr. Mamede... Jornal “Diário da Manhã”. 12 de maio de 1914.

prostitutas seriam responsáveis por atacar a “moral” com sua “promiscuidade”, e as crianças cometiam “diabruras” por todos os cantos da cidade, consequência dos maus costumes dados pelos pais, que não sabiam como educá-los:

Somos daquelles que tem notado os maos modos de certos meninos que se juntam em grandes grupos nos logradouros públicos em correrias, pulando canteiros, quebrando arbustos, virando bancos, riscando a areia, como um bandozinho de pequeninos mas terríveis vândalos. E hontem alguém nos veio ao encontro pedindo-nos lhes chamássemos a atenção; ou aos respectivos Paes, para esses feios modos dos seus endiabrados pimpolhos. A prefeitura fez distribuir pelos canteiros umas taboetas, muito de propósito baixinhas, a altura dos seus olhinhos, confiando á guarda do publico (grande como pequeno) qualquer desses logradouros. Porque não leiam, entretanto, ou por simples gaiatice, todas as tardes ou á noite lá estão elles, aos pinotes, levantando pó, virando os bancos, gritando. O reclamante, de hontem, um dos directores da Sociedade Recreativa, levou-nos a ver o estrago causado pelos varapaus e pedras atirados contra os arbustos daquelle jardim, e a gramma amarellecida pelo pé levado desses meninos. (...) Assim pedimos que não continuem nesses modos tão feios⁶¹.

Estas crianças não correspondiam ao que se esperavam delas, ou seja, comportamentos compatíveis com uma nova ordem urbana que estava despontando. Os jardins e ruas deveriam servir para a circulação tranqüila das “famílias”, e não para que

⁶¹ Somos daquelles que... Jornal “Diário da Manhã”. 23 de maio de 1913.

esses “pequeninos vândalos” vagassem a esmo, sujeitos a vários vícios por estarem em contato freqüente com “gente de toda a espécie, vagabundos e desocupados”⁶².

Já as prostitutas ameaçavam a moralidade, praticando “algazarras infernais”, “verdadeiras orgias”⁶³, incomodando a “paz das famílias” e o “sossego da cidade”⁶⁴. Havia a necessidade da regeneração dos costumes e a polícia seria a responsável por reprimir, nos cortiços da cidade⁶⁵, a prática destas “mulheres da vida airada”⁶⁶.

Não encontramos nenhuma fotografia que registrasse a presença, na urbe, dos tipos humanos vistos acima, pois aos olhos dos administradores urbanos não havia lugar para os corruptores dos “bons costumes”, da “decência” e da “moral pública”. Em nome desses valores, podia-se justificar qualquer iniciativa que visasse a separação e distanciamento entre as pessoas que realmente incorporavam o sentido do viver em público. O “público” aqui, entendido enquanto espaço exclusivo das elites política, econômica e cultural, únicas capazes de preencher os requisitos necessários exigidos pela nova vida urbana.

Como vimos acima, essas ações, exceto a vacinação, localizavam-se na área “urbana”, por isso sua “defesa”. Podemos interpretar tudo isso como a tentativa de regularização e imposição de uma determinada norma num espaço bem delimitado, aliás, esta tentativa seria a condição para a delimitação. A regularização e a imposição de normas ficam mais claras quando as atividades consideradas apropriadas para aquele espaço nem sempre eram compreendidas ou aceitas pelos seus habitantes, sendo motivo de diversas reclamações dos nossos reformadores municipais. Um deles explica que

Há 22 mezes que funciona a rede de esgotos e só tem havido algumas obstruções nos ramaes dos prédios, o que é natural, a

⁶² INFANCIA CRIMINOSA. Jornal “A Cidade”. 27 de outubro de 1909.

⁶³ PELA MORALIDADE. Jornal “Diário da Manhã”. 12 de setembro de 1913.

⁶⁴ UMA JUSTA RECLAMAÇÃO. Jornal “Diário da Manhã”. 15 de janeiro de 1913.

⁶⁵ POR CAUSA DAS JABOTICABAS. Jornal “A Cidade”. 21 de setembro de 1910.

⁶⁶ UMA JUSTA RECLAMAÇÃO. Jornal “Diário da Manhã”. 15 de janeiro de 1913.

vista da negligencia ou imprudência dos moradores da cidade, que aqui como em toda parte onde se nota o inconveniente apontado, não tem o necessário escrúpulo de impedir que sejam lançados ao cano de esgoto os resíduos da servidão doméstica, de forma que dentro em pouco se constitue invensível embolo no interior do encanamento, interceptando o livre curso das matérias para o collecter geral⁶⁷.

Um outro afirma que a rede de esgotos funciona com toda a regularidade, exceto quando ocorre

alguns casos de obstrução nas installações domiciliarias, pelo desleixo e incúria dos moradores dos prédios; o que aliás é commum em quase todas as cidades, apesar da mais rigorosa fiscalisação e das multas impostas aos imprudentes ou negligentes em impedir que no encanamento sejam lançadas substancias susceptíveis de interceptar o livre curso das matérias nelle despejadas⁶⁸.

Ao contrário, o poder público soube como operar todos os novos equipamentos que estavam sendo instalados durante o período, pois, “tanto nos collectores parciaes como no collecter geral, o funcionamento no systemaa tem sido bem regular; não havendo até hoje necessidade de praticar se nas obras do sub solo urbano o mínimo concerto ou reparo”⁶⁹. Contratando “especialistas” no trato de questões urbanas, o poder público concedia a si mesmo um poder quase ilimitado e indiscutível, legitimando qualquer ação sobre o ambiente urbano.

⁶⁷ APHRP. Relatório da Intendência Municipal apresentado em sessão de 7 de janeiro de 1902.

⁶⁸ APHRP. Relatório da Intendência Municipal apresentado em sessão de 10 de janeiro de 1903.

⁶⁹ APHRP. Relatório da Intendência Municipal apresentado em sessão de 7 de janeiro de 1902.

Se considerarmos que quem habitava a área central era a classe dominante de Ribeirão Preto, poderíamos interpretar estas críticas acima como contraditórias, pois, se seguirmos a hipótese de que os técnicos-cientistas estavam associados à elite cafeeira, e que, portanto, compartilhavam dos mesmos ideais “higienistas”, ao mesmo tempo, esta elite era criticada pelo mau uso que fazia dos novos melhoramentos. No entanto, nos relatórios posteriores, as reclamações foram aos poucos se interrompendo até não as encontrarmos mais. Estas críticas, na verdade, darão lugar a elogios feitos à contribuição que a elite vai prestar para o “progresso” e para a “modernidade” da cidade de Ribeirão Preto, construindo seus belos casarões⁷⁰.

⁷⁰ Abordaremos mais adiante este tema.

CAPÍTULO 3



Transformações urbanas

Os espaços de circulação

Um assunto que vai ocupando aos poucos o centro das atenções dos administradores municipais é a questão do calçamento das ruas de Ribeirão Preto. Se antes era sobre a água e sua (má) circulação que se deveria intervir para evitar as ameaças epidêmicas, agora, o pó e a lama teriam que ser extintos para se concretizar a imagem de uma cidade “higiênica”.

De acordo com os Prefeitos e Presidentes da Câmara, Ribeirão Preto era assolada freqüentemente pelo pó e pela lama, que causavam todo tipo de adversidade para seus habitantes. Dessa forma, eram temas obrigatórios

das acusações que se fazem ás administrações municipaes de Ribeirão Preto e, durante muito tempo ainda, estas hão de soffel-as, porque diversos factores concorrem para tornar difficilima, senão impossível, a solução do problema da sua extinção. A natureza do calçamento, as muitas ruas ainda não calçadas e a grande extensão de terrenos ocupados por quintaes (...) são cousas que tão cedo não poderão ser modificadas e que tornam inútil qualquer esforço para livrar a cidade de tão grande mal⁷¹.

Na verdade, para uma cidade que se pretendia a “maior metrópole do interior do Estado de S. Paulo”⁷², era necessário eliminar qualquer resquício deste infortúnio, “incontestavelmente um dos maiores tropeços ao desenvolvimento progressivo desta Cidade”⁷³.

Assim, em 1904 se iniciou e terminou o calçamento a paralelepípedos de granito da rua General Osório, considerada a principal rua da cidade⁷⁴, na extensão que

⁷¹ APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1920.

⁷² APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 26 de abril de 1924.

⁷³ APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 7 de janeiro de 1905.

⁷⁴ TIRAS. Jornal “Diário da Manhã”. 1 de junho de 1912.

ia da rua Álvares Cabral até a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Além disso, foram feitos assentamentos de guias nas ruas Visconde de Inhaúma, Tibiriçá e Duque de Caxias, e construídas sarjetas nas ruas Américo Brasiliense, Tibiriçá, São Sebastião, Visconde de Inhaúma e no Largo 13 de Maio, todas localizadas na área urbana⁷⁵. Não temos informações mais precisas, mas provavelmente as ruas desta mesma área foram macadamizadas na década de 1900, pois em relatórios posteriores afirma-se que houve a troca deste tipo de calçamento pelo paralelepípedo.

A preocupação com a questão do pó parecia ser muito grande, pois em quase todos os jornais pesquisados encontramos artigos mencionando o assunto. Em nome da higiene, reclamavam várias medidas, principalmente na área central, para minorar ou extirpar o que consideravam um “eterno” problema de Ribeirão Preto:

É um verdadeiro flagelo a poeira que, pelas ruas da cidade, se levanta em verdadeiras nuvens invadindo habitações, cobrindo moveis e mercadorias, atacando-nos as vias respiratorias. Na parte mais central da cidade, onde o forte do commercio tem as suas melhores casas, nas ruas General Osório, Saldanha Marinho, Duque de Caxias, Amador Bueno etc a passar um carro, grossa nuvem de pó faz nos lembrar os velhos tempos do Ribeirão sem “macadam”⁷⁶.

Na década de 1910, sob a administração do Prefeito Joaquim Macedo Bittencourt (1911-1919), tentou-se providenciar o calçamento a paralelepípedo em toda área “urbana”, principalmente ao redor da Praça XV de Novembro, pois este melhoramento era

⁷⁵ *Idem* nota anterior.

⁷⁶ CONTRA O PÓ. Jornal “A cidade”. 2 de junho de 1909.

imprescindível á beleza da cidade, á commodidade, conforto e hygiene dos seus habitantes (...). Foi grande erro das administrações passadas o emprego do macadam na pavimentação das ruas. Elle não satisfaz a nenhum dos fins que se procura com o calçamento de uma cidade: não evita o pó, nem a lama; não facilita, antes prejudica, a limpeza publica; reclama constante e dispendiosa conservação⁷⁷.



R. General Osório – fim da década de 10 (Foto 115). Autor: Aristides Motta.

Ao mesmo tempo, nas ruas “fora do perímetro central”, o macadame foi escolhido para o calçamento⁷⁸. Devemos ficar atentos para o fato de que a justificativa para a troca do macadame pelo paralelepípedo, na área central, era justamente por aquele não resolver o problema do pó e da lama, sendo este último considerado de melhor qualidade. Como já foi dito, isto indica que os bairros “operários” e os “subúrbios” não eram a prioridade para receberem os modernos equipamentos urbanos.

⁷⁷ APHRP. Relatório da Presidência da Câmara Municipal apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1920.

⁷⁸ APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1920.

As intervenções se concentravam no chamado “perímetro central”, lugar habitado e supostamente destinado à elite ribeirãopretana.

Conseqüentemente, após as obras realizadas nas ruas, o *trânsito* aparece como assunto a ser discutido e objeto de regularização pela administração municipal. Por constatar o aumento do número de veículos e do tráfego, a prefeitura regularizou essa atividade, principalmente nas ruas centrais e no entorno da Praça XV de Novembro. Nas posturas municipais encontramos vários artigos que tratavam do tema e, um ponto importante, abordado em todo o Código, é a tentativa de eliminar todo e qualquer tipo de obstrução ao trânsito. Ninguém poderia “conservar nas ruas, travessas e praças da cidade” objetos ou materiais que impedissem “o trânsito público”⁷⁹. Além disso, a regularização pretendia organizar a circulação dos automóveis, pois

A passagem continua e desordenada dos vehiculos pelas ruas centraes de maior transito, onde este já se congestiona pela maior affluencia de transeuntes, não só aos domingos, como n’alguns outros dias da semana, já perturba a livre locomoção dos pedestres, como também offerece serio perigo á segurança do publico nas ruas mais transitadas⁸⁰.

E este perigo era realmente sentido pelos “transeuntes” e “pedestres”, que diariamente reclamavam junto aos jornais dos abusos cometidos pelos motoristas. Estes, não sabendo como se comportar, praticavam excessos e desrespeitavam as posturas municipais que regulamentavam o trânsito na cidade:

É raro o dia em que não recebemos em nosso escriptorio visitas de pessoas que se vêm queixar contra abusos praticados por motoristas de automóveis. Ainda hontem fomos procurados por

⁷⁹ Artigo 29, Código de Posturas – 1889. APHRP.

⁸⁰ APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 26 de abril de 1924.

um cavalheiro que nos referiu haver sido victima de um desses vehiculos, que, se não o apanhou e esmagou, não foi certamente devido á perícia ou cuidado do “chauffeur”, senão graças á ligeireza das suas pernas moças. E é assim todos os dias. As correrias, os esbarros, os atropelos se succedem de uma maneira aterradora, evidenciando o nenhum respeito pelas leis e muito menos pela vida dos transeuntes. Urge que não só a policia como a municipalidade ponham em pratica medidas severas, que contenham, por uma vez, a fúria com que esses estouvados se entregam dentro da cidade ao mortífero “sport”⁸¹.

E não eram somente os automóveis que sofriam as reclamações de abusos cometidos, os ciclistas também estavam sujeitos ao que era considerado uma boa conduta pelos “transeuntes”:

Os ciclistas, estes vão além: não se limitam a affrontar as posturas, correndo com velocidade e loucura só compatíveis com o “salto da morte” ou “salto do abysmo” que constitue as dilicias do Circo Chileno. Fazem mais: quebram cabeças de creanças, atropellam senhoras, põem por terra velhos e moços e vão andando sem mais aquella mandando as ortigas posturas, policia e tudo⁸².

⁸¹ AUTOMÓVEIS. Jornal “Diário da Manhã”. 10 de janeiro de 1913.

⁸² CLAMA... NECESSES.... Jornal “A cidade”. 6 de novembro de 1909.

O automóvel, “veículo que symbolisa a ultima palavra do progresso da locomoção urbana”⁸³, não conseguia ser acompanhado pelo “progresso” no hábito de dirigir. É assim que observamos nos jornais pesquisados, uma sucessão de reclamações e protestos contra o excesso de velocidade, a falta de respeito às posturas municipais, o número de acidentes, e até mesmo contra o barulho produzido pelos carros, trazendo o “inconveniente de azoinar os nossos ouvidos, abafando as vozes dos que conversam ou perturbando o sonno dos que descansam”, dando “uma impressão intolerável de caipirismo”⁸⁴.

Os passeios e calçadas também deveriam ficar livres para a circulação dos pedestres, pois, além dos proprietários de imóveis serem obrigados a calçarem a frente dos mesmos⁸⁵, era “proibido colocar qualquer objeto do lado de fora das portas, bem como pendurá-los exteriormente, de modo a dificultar ou perturbar o trânsito público pelos passeios da rua”⁸⁶. Isto poderia ser visto ainda como uma tentativa de distinção entre o espaço privado da casa, e o público, da calçada e da rua. A distinção entre os dois espaços foi observada em todo o Código de Posturas, já que nenhum edifício poderia ser construído “fora da linha do arruamento”⁸⁷ do mesmo modo em que os “proprietários de terrenos dentro do perímetro da cidade ou povoação do Município, [eram] obrigados a murá-los imediatamente nas ruas onde já existirem guias e sarjetas”⁸⁸.

As regulamentações acima também contribuíram para satisfazer o desejo de racionalidade dos administradores municipais, visto que “os edifícios que ficarem fora

⁸³ UMA RECLAMAÇÃO JUSTA. Jornal “Diário”. 15 de janeiro de 1913.

⁸⁴ UMA RECLAMAÇÃO. Jornal “A cidade”. 19 de janeiro de 1915.

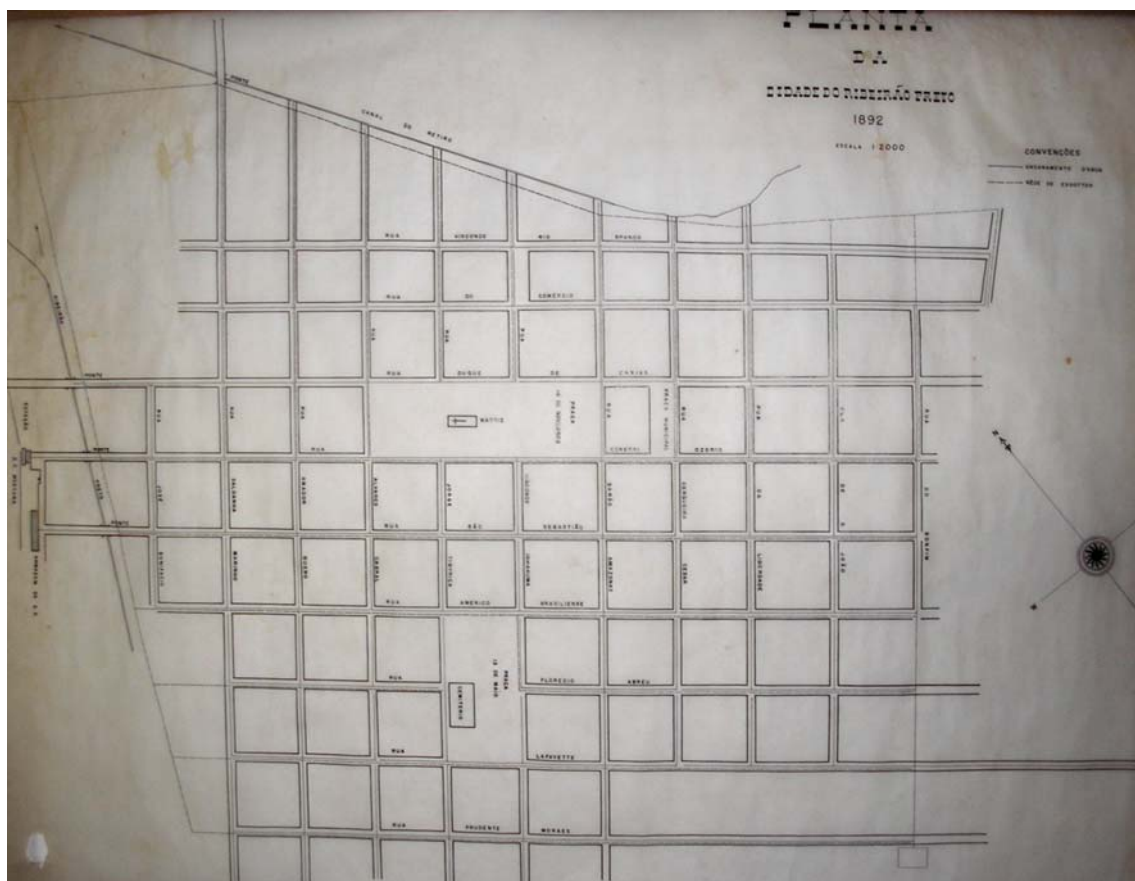
⁸⁵ Artigo 12, Código de Posturas – 1889. APHRP.

⁸⁶ Artigo 155, Código de Posturas – 1902. APHRP.

⁸⁷ Artigo 4, Código de Posturas – 1889. APHRP.

⁸⁸ Artigo 14, Código de Posturas – 1902. APHRP.

do alinhamento serão recuados, ou chegarão para frente, quando forem reedificados”⁸⁹ e “todas as construções e reconstruções a face das ruas e praças serão feitas de acordo com o alinhamento e nivelamento dados”⁹⁰. Fica mais clara a compreensão deste fato quando observamos que o loteamento de qualquer terreno ou a abertura de ruas deveria seguir um “plano de arruamento”⁹¹. O mapa abaixo demonstra a distribuição geométrica das ruas, em forma de xadrez:



APHRP. Planta de Ribeirão Preto – 1892

O trânsito rumo aos bairros localizados “fora do perímetro central” também aumentou, só que não era prioridade dos políticos locais dotar as vias de acesso a esses bairros de melhoramentos semelhantes aos encontrados nas ruas centrais. Assim, por exemplo, em 1904, quando a rua General Osório foi calçada a paralelepípedos, e tornou-se incompatível continuar com a ponte sobre o Córrego Ribeirão Preto, “por não estar

⁸⁹ Artigo 4, Código de Posturas – 1902. APHRP.

⁹⁰ Artigo 7, Código de Posturas – 1902. APHRP.

⁹¹ Artigo 3, Código de Posturas – 1902. APHRP.

em harmonia com o novo estado da nossa principal via urbana”, sendo substituída “por outra mais elegante, de arco e alvenaria de pedra”, aproveitou-se o material da “antiga” ponte demolida e

foi construída na rua Amador Bueno, sobre o córrego do Retiro, uma ponte de madeira, da largura total da rua, assentada sobre paredes de pedra. Esse serviço, que também ficou concluído, era aliás de grande necessidade, attento o notável transito entre o centro da Cidade e os Bairros do Barracão, Dr. Olimpio e Morro do Cipó, cujos moradores por elle constantemente reclamavam. Nisso, porem, não cifrou-se a acção da Municipalidade em relação ao departamento de obras.⁹²



Ponte sobre o Córrego Ribeirão Preto – sem data (Foto 58). Autor: João Passig.

É interessante notar que os acessos aos bairros pobres são construídos com as “sobras” das construções de outras obras mais importantes para a municipalidade. Isso

⁹² APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 7 de janeiro de 1905.

mostra que os materiais utilizados podem significar ou representar uma diferenciação de espaços. Como o acesso aos bairros populares não era prioridade para o poder municipal, sua construção e reforma foram feitas com materiais de segunda mão sem custos ao Município.

Durante todas as administrações, até 1929, empreendeu-se esforços para dotar “uniformemente” cada rua da área “urbana” com calçamento a paralelepípedo, contribuindo para a limpeza da cidade e, portanto seu “progresso”:

A cidade, pelo seu adiantamento material, pelas inúmeras construções modernas que dia a dia avultam, pelo seu grau de civilização, reclamava e reclamava um perfeito serviço de calçamento das vias públicas. (...) Está a prefeitura empenhada em completar o calçamento a paralelepípedos do centro da cidade, visando a uniformização do mesmo, para depois poder estendê-lo aos demais pontos como se faz necessário⁹³.

Podemos entender este discurso como uma tentativa de construção de um espaço “civilizado”, com uma localização determinada e com certos elementos exclusivos que caracterizariam também seus habitantes e usuários. Visava-se, então, a criação de um ambiente limpo e higiênico, circundado por bairros “operários” e “subúrbios”, com os quais não poderia se confundir. Conseqüentemente, as categorias que distinguiam estes bairros vão sendo construídas paralelamente à construção do espaço “urbano”, como podemos ver neste trecho:

A lama e a poeira da terra roxa exerciam um despotismo feroz nos *limites da cidade*, dificultando, se não tolhendo, a sua legítima expansão. Ninguém se animava a construir bellos

⁹³ APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1927.

edifícios, a mobiliar-os confortavelmente, com o terror da acção maculadora da terra roxa. A elegância, a distinção e a graça das toilettes, fructo dos grandes centros civilizados, estavam inexoravelmente banidas do nosso meio. A terra roxa que fazia a riqueza e o orgulho da nossa opulenta agricultura, num contraste doloroso constituía-se a vergonha, o opprobio da cidade⁹⁴.

A cidade só poderia atingir o status de “grande centro civilizado”, como queriam nossas autoridades, se fosse eliminado todo resquício da terra roxa, permitindo o “embelezamento”, a “elegância”, o “conforto”, típicos de uma cidade civilizada e moderna. É interessante notar também a oposição que se constrói entre a agricultura e a cidade, pois enquanto a terra roxa é sinônimo de fertilidade e riqueza daquela, constitui-se em vergonha e atraso para esta. Ou seja, a terra, elemento típico do ambiente rural, representará um aspecto que se quer recusar e condenar, em oposição a uma imagem de cidade que se pretende símbolo da própria civilização.

⁹⁴ APHRP. Relatório da Presidência da Câmara Municipal apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1926. Grifo meu.



Chácaras nos “limites da cidade” – sem data (Foto 40). Autor: João Passig.

As oposições entre estes dois “mundos” são reforçadas quando a “comunicação” entre eles são assuntos discutidos pela municipalidade:

De todos os problemas que cabe ás municipalidades resolver, é, inquestionavelmente, um dos mais importantes o da construção e boa conservação das estradas de rodagem, porque, da sua solução dependem, em grande parte, a prosperidade dos municípios, o bem estar e o progresso intellectual e moral dos seus habitantes. Effectivamente, alem das vantagens materiaes que decorrem da facilidade e segurança das communicações entre todos os pontos do município, e entre este e os visinhos, prestam ellas um concurso muito valioso á propagação da

instrução e ao aperfeiçoamento da cultura das populações rurais⁹⁵.

Aqui, as estradas de rodagem possibilitariam a prosperidade do município, simplesmente por propiciar às populações rurais o acesso a uma “cultura urbana”, isto, sem abandonar o trabalho no campo e participar das “regalias” e “diversões” de que gozam os que residem nos “centros populosos”⁹⁶. Ou seja, a comunicação e a convivência do mundo rural com o urbano possibilitaria os benefícios existentes na cidade, mas sem perder o vínculo com o trabalho, este localizado no campo. Um exemplo de um novo hábito próprio do ambiente urbano, é a vida noturna, possibilitada pela instalação da luz elétrica em 1899, “precioso benefício” que contribuiu para melhorar as “condições de trânsito a noite, para veículos, cavaleiros, e pedestres nas diversas ruas e praças” onde foi instalado esse “serviço público de inestimável valor”⁹⁷.

Outros aspectos típicos do mundo rural vão aos poucos sendo censurados e contrapostos a novos equipamentos e atividades característicos da vida urbana. É o caso, por exemplo, dos veículos, especificamente os carros de boi, considerados “retrógrados” e “pesados” frente aos novos veículos, mais rápidos e “aperfeiçoados”:

(...) desde que os nossos caminhos deram livre e seguro trânsito a veículos de qualquer natureza, desapareceram completamente do município os carros de eixo fixo puxados a bois, o que prova que, para acabar com esses condenados e anacrônicos carros, o que se deve fazer são boas estradas e não leis proibitivas do seu uso. (...) [As boas estradas], facilitando o tráfego de veículos leves e aperfeiçoados, que são logo adotados pelos adiantados, mostram a todos, mesmo aos mais

⁹⁵ APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1920.

⁹⁶ *Idem* nota anterior.

⁹⁷ APHRP. Relatório da Intendência Municipal apresentado em sessão de 10 de janeiro de 1903.

retogados e emperrados, as vantagens econômicas que há no emprego de taes vehibulos, fazendo-os abandonarem, no próprio interesse, os pesados e morosos carros de bois⁹⁸.

O Código de Posturas municipais determinava quais ruas eram destinadas ao trânsito de animais de grande porte. A circulação dos carros de boi ficava quase impraticável no perímetro central, pois se proibía “conduzir ou domar, pelas ruas e lugares públicos, animais bravos ou xucros, em veículos ou fora deles; amarrar animais nas portas, árvores, postes ou grades existentes nas ruas e praças; conduzir nas ruas da cidade qualquer corpo volumoso ou pesado”⁹⁹. Assim, restringia-se a circulação, e também a criação¹⁰⁰, destes animais às chácaras nos arredores do perímetro central e às fazendas, no meio rural.

Além dos bois, era proibido, “dentro da cidade”, conservar porcos, cabras, cabritos e carneiros, quer em chiqueiros, quer em quintais¹⁰¹. Todo animal encontrado “a vagar nas ruas e praças da cidade”, seria recolhido ao depósito municipal e seu dono multado¹⁰². Sua presença no perímetro central causava desconforto, fazendo com que os moradores exigissem a tomada de providências para o cumprimento das posturas, principalmente quando as “cabras e os cabritos pastavam pela Praça XV de Novembro, bem defronte de [suas] janelas”¹⁰³, “dando uns ares, assim, das *catingas e cerrados...*”¹⁰⁴. Aqui fica clara a significação da presença dos animais nos lugares públicos da cidade, sobretudo aqueles próximos das residências em torno da referida Praça, quando se associa esta presença a ambientes tipicamente rurais.

⁹⁸ APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1920.

⁹⁹ Artigo 154, Código de Posturas – 1902. APHRP.

¹⁰⁰ Artigo 189, Código de Posturas – 1902. APHRP.

¹⁰¹ Artigos 31 e 45, Código de Posturas – 1889. APHRP.

¹⁰² Artigo 44, Código de Posturas – 1889. APHRP.

¹⁰³ OS CABRITOS. Jornal “A Cidade”. 13 de janeiro de 1905.

¹⁰⁴ CABRAS E CABRITOS. Jornal “A Cidade”. 12 de janeiro de 1905.

O interessante é que não encontramos nenhuma fotografia em que aparecesse algum destes animais no perímetro central, com exceção das charretes puxadas por cavalos, transporte típico das elites ribeirãopretanas. Se, como vimos, existia uma tentativa de regularizar a criação e circulação dos animais, o “esquecimento” observado nos registros fotográficos pode ser interpretado como uma opção de transmitir uma imagem que discernisse o espaço destinado para tais fins, no caso, as fazendas:



Fazenda Boa Vista – 1911. In: Rev. Brasil Magazine.

Na verdade, este processo já havia começado em 1902, quando as cocheiras e estábulos, por serem condenados onde a população fosse mais densa, foram removidos para “fora do perímetro da cidade”, tudo é claro, sob a orientação dos “higienistas modernos”¹⁰⁵. Além do que, havia várias reclamações, pois, os pontos dos carros, alguns localizados na Praça XV de Novembro, apresentavam

¹⁰⁵ APHRP. Relatório da Intendência Municipal apresentado em sessão de 10 de janeiro de 1903.

más condições de hygiene devido á infiltração que se dava pelas juntas das Lages de que é calçada. Apesar das lavagens quotidianas, - duas vezes por dia, exhalava-se um cheiro nauseabundo, proveniente das defecções e urina dos animaes¹⁰⁶.

Assim, iniciava-se, já naquele momento, a tentativa de delimitação de um certo “perímetro” que seria identificado através de categorias relacionadas à “higiene” e de outras relacionadas aos novos equipamentos urbanos, como foi visto.

Este processo será complementado pelas intervenções que tinham como objetivo o “embelezamento” da cidade, mais precisamente, das áreas próximas à Praça XV de Novembro, constituindo ela própria, o centro das ações realizadas. Com isso, se tentará extirpar toda a associação com os “arrabaldes” da cidade, quais sejam, “rurais”, “atrasados”, “anti-higiênicos”, “sujos”, “antigos”, etc.

¹⁰⁶ APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 7 de janeiro de 1909.

CAPÍTULO 4



Transformações urbanas O embelezamento da cidade

No início da década de 1900, o poder público municipal começava a se preocupar com a criação de um jardim público. Segundo o Intendente Municipal, “a Cidade de Ribeirão Preto ainda não contava um só ponto hygienico para recreio publico quer dentro do perímetro urbano, quer nos arredores”¹⁰⁷. Dessa forma, a Câmara entendeu que era necessário criar um

(...) aprasivel logradouro publico onde o povo e especialmente as familias e as creanças nas horas de lazer podessem respirar com desafogo n’um ambiente mais puro, sendo de facto o Jardim alem de bello ponto de passeio e para refrigério, um magnífico reservatório de ar oxigenado e vivificante (...)¹⁰⁸.

Como se vê, estas ações também estavam relacionadas com a higiene pública e a atenção voltada para a área “urbana”. Posteriormente, as intervenções continuaram focalizadas no chamado “perímetro central”, só que as razões e justificativas para as mesmas adquiriram um novo sentido. Não bastava “higienizar” ou “limpar” os logradouros públicos, tornava-se necessário também, seu “embelezamento”.

Assim, quando começaram as obras na Praça XV de Novembro, veio à tona reações que procuravam demonstrar a “incompatibilidade” desse “magnífico” melhoramento com o “velho templo”, localizado no meio da praça. A Igreja Matriz, construída na década de 1860, pertencia a um outro tempo, quando Ribeirão Preto nem havia ainda adquirido a denominação de cidade, em que seu “progresso”, advindo da produção cafeeira, apenas se esboçava, e o pequeno Patrimônio de São Sebastião¹⁰⁹ era uma terra destinada a passagem de tropeiros e a atividades religiosas.

¹⁰⁷ APHRP. Relatório da Intendência Municipal apresentado em sessão de 10 de janeiro de 1903.

¹⁰⁸ APHRP. Relatório da Intendência Municipal apresentado em sessão de 10 de janeiro de 1903.

¹⁰⁹ Esta designação corresponde ao fato de Ribeirão Preto ter surgido em terras que inicialmente foram doadas a um Santo Padroeiro e que pertenciam à Igreja Católica. Ali se erigiu uma capela para o cumprimento das atividades religiosas dos moradores da região (Cione: 1989).



Igreja Matriz (Praça XV de Novembro). Festa Religiosa em Louvor a São Benedito – 1904 (Foto 13). Autor desconhecido.

Os jornais do período fizeram campanha a favor da demolição da velha matriz, que se constituía, segundo eles, num “archaísmo deprimente e perigoso”, tudo em nome do “aformoseamento” da Praça XV de Novembro e pela construção de uma nova igreja, condizente com a importância crescente de Ribeirão Preto:

Ruiu, hontem sob a acção civilisdora da picareta, a ultima parede do velho templo desta cidade. Restam apenas de pé os grossos esteios de arueira, que, por fim, cederão espaço ao verdejante parque que avança e assoberba a vasta Praça 15 de Novembro¹¹⁰.

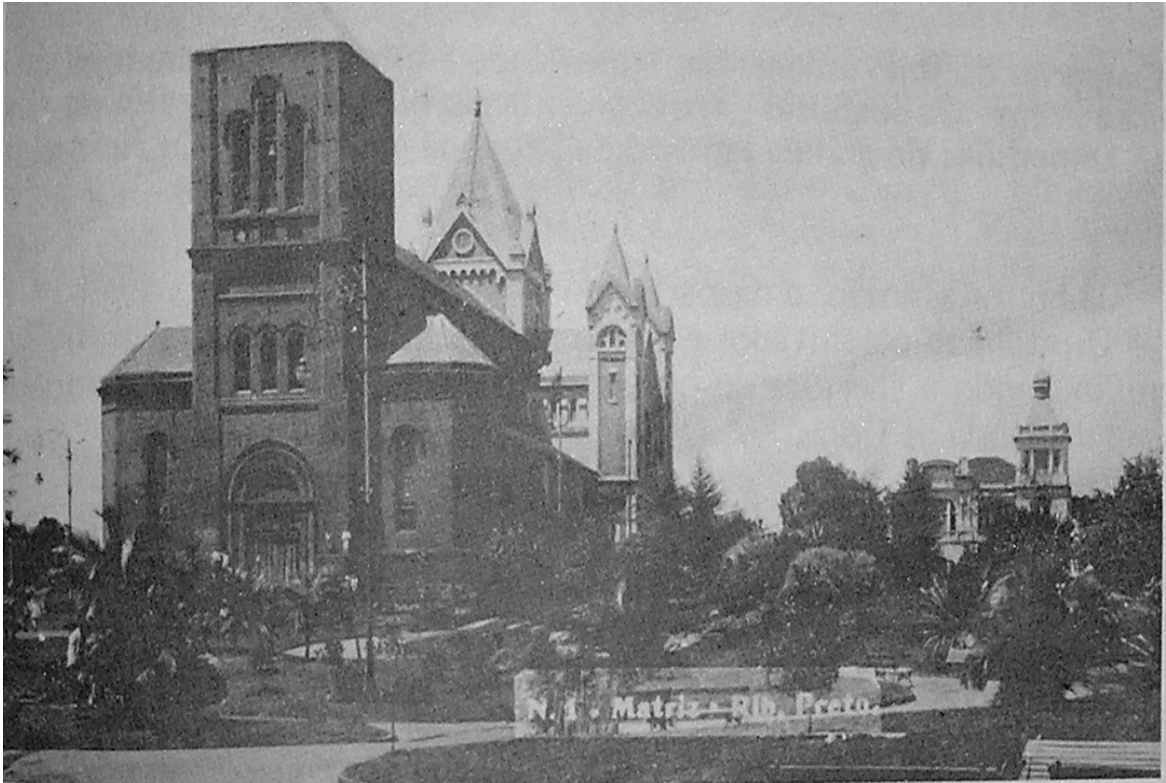
¹¹⁰ VELHA MATRIZ. Jornal “A Cidade”. 22 de junho de 1905.



Vista do Jardim Público. Praça XV de Novembro – Década de 1910 (Foto 311).
Autor: Flósculo de Magalhães.

Na fotografia acima, podemos observar que, além de não contar mais com a Igreja Matriz em seu centro, o Jardim Público foi todo arborizado. Podemos associar a extirpação do “amontoado de terras” com a tentativa de eliminação dos resquícios rurais, como foi visto acima. Já o antigo templo foi substituído por uma “bela” e “grandiosa” Catedral, construída na Praça 13 de Maio, que também passou por reformas e se transformou num “jardim de estylo moderno e de magnífico aspecto”¹¹¹.

¹¹¹ APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1920.



Catedral localizada na Praça 13 de Maio – sem data. In: Cione: 1989.

Além da velha igreja, certos tipos de casas também não correspondiam a um padrão estético que estava em construção naquele momento. Desde 1889, quando aprovado o primeiro Código de Posturas, estava proibida a construção de casas “de meia água nas ruas, praças e travessas da cidade, e bem assim as cobertas de capim, palha ou sapé, sob pena de multa”¹¹². Ou seja, moradias típicas de outros tempos agora já não satisfaziam o ideal de beleza que tentava se impor.

¹¹² Artigo 9, Código de Posturas – 1889. APHRP.



Casas na Rua General Osório – 1911. In: Ver. Brasil Magazine.

Mas foi, sobretudo a partir da década de 1910, sob a administração do Prefeito Joaquim Macedo Bittencourt, que se intensificaram as intervenções visando o embelezamento da área central. Estas ações estavam concentradas principalmente sob os aspectos das construções das casas particulares e dos prédios públicos, e sob as reformas e construções das praças e jardins propriamente ditos.

Ribeirão Preto, até 1911, não possuía, de acordo com o Prefeito, um jardim público. O que havia, segundo ele, eram uns “amontoados de terra”, que se chamavam “canteiros”, dispostos sem “arte” e plantados de grama que raramente verdejava por “falta de trato e de água”. Era necessário, então, desmanchar o que existia, e no lugar, fazer um “bonito jardim de grama, de flores e de pequenas árvores de ornamentação”¹¹³. Na verdade, desde 1902, quando foi aprovado o segundo Código de Posturas, já havia uma preocupação com os jardins ou “canteiros” que existiam na cidade, pois ficaria obrigado a pagar multa

¹¹³ APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1920.

“aquele que danificar árvores plantadas nas ruas, praças, estradas, dentro ou fora do perímetro urbano; danificar os jardins e praças públicas, passear por cima dos canteiros dos jardins e praças ajardinadas, ou pisar na grama”¹¹⁴.

Nos jornais também observamos essa preocupação com os jardins. Muitas reclamações sobre o que consideravam uma má conservação das praças, isto é, as pessoas não estavam habituadas a utilizar “civilizadamente” os jardins públicos, e praticavam diversos abusos que prejudicavam sua conservação e beleza:

A falta de chuvas e os rigores do sol tem determinado a morte da vegetação menos resistente do jardim publico, e mesmo a gramma que resiste mais a falta de irrigação tem se resentido muito de certo tempo á esta parte. Mais do que tudo isso porém, contribue para o estado desolador do jardim o procedimento censurável de certos indivíduos e até senhoras que transgredindo as posturas municipaes, sobem pelos canteiros e colhem flores para as jarras de suas salas de visitas. Os meninos rolam pela gramma aos bandos, quebram galhos das arvores, rapazinhos jabuçando, jogando “foot ball” na parte do jardim que fica nos fundos do Theatro, em frente á Recreativa; os cocheiros deixam seus carros no “ponto” e para beber água num dos reservatórios destinados á rega do parque, não se dão ao trabalho de tomar a rua própria para o transito e atravessam pelo meio do canteiro, fazendo já um trilho *batido*, e tudo isso que os torna possíveis de [ilegível] passando despercebido com

¹¹⁴ Artigo 163, Código de Posturas – 1902. APHRP.

grave damno para os cofres municipaes e em detrimento dos nossos foros de gente civilisada. (...) Enquanto não cessarem estas irregularidades, não nos cançaremos de reclamar a atenção dos poderes competentes¹¹⁵.

Era no jardim que o Carnaval acontecia todos os anos e, junto com a festa, vinham os “problemas”. O principal deles era o “terrível entrudo”, o “bárbaro divertimento do pó, da graxa, do carrapicho”, pois muitas famílias eram obrigadas a saírem do jardim público “porque, mesmo a contra gosto, eram molhadas por indivíduos desconhecidos que, armados de grandes bisnagas, agrediam-as insolentemente, de nada servindo os protestos levantados”. Estas “scenas pouco edificantes” depunham “muito contra o nosso progresso, demonstrando que estamos caminhando para trás”¹¹⁶.

Mas o inimigo número um dos jardins eram os “endiabrados pimpolhos”. As crianças, de acordo com as reclamações dos jornais, insistentemente repetiam os maus comportamentos que criticavam, atirando varapaus e pedras contra os arbustos do jardim, pisando sua grama, levantando pó, virando bancos, pulando canteiros, riscando a areia, “como um bandozinho de pequeninos, mas terríveis vândalos”¹¹⁷.

Pelo que pudemos analisar, o jardim era um espaço interessante de reivindicação de exclusividade pela “elite das famílias ribeirãopretanas”¹¹⁸. Nele, “passeavam elegantes as senhoritas Rodrigues Guião, Diniz Junqueira, Adelaide e E. Junqueira, Pereira da Silva e outras”, e conversavam num círculo “o Dr. Mario Pires e família, Dr. Enéas e família, major Antonio Pereira e família, Cel. Joaquim Alves e família Mme. Affonsina Bueno, Dr. Loyolla, Dr. Meira Junior e Major Saturnino”¹¹⁹. É através dele que compreendemos uma certa concepção de público extremamente

¹¹⁵ ABUSOS A REPRIMIR. Jornal “A Cidade”. 7 de setembro de 1909.

¹¹⁶ O ENTRUDO. JARDIM PÚBLICO. Jornal “A Cidade”. 28 de fevereiro de 1905.

¹¹⁷ Somos daquelles que... Jornal “Diário da Manhã”. 23 de maio de 1913.

¹¹⁸ JARDIM PÚBLICO. Jornal “A Cidade”. 17 de janeiro de 1905.

¹¹⁹ KALEIDOSCOPIO DO JARDIM. Jornal “A Cidade”. 18 de janeiro de 1905.

exclusivista que não suportava contatos entre os diversos grupos sociais, como vemos neste artigo, que preferimos transcrever por completo, por transmitir claramente o que estamos falando:

O espectáculo a que assistimos revoltados no Domingo á noite, quando tocava no Jardim Publico a banda Filhoe de Euterpe, não pode e não deve repetir-se. Ribeirão Preto que outro logradouro não possui para onde as famílias se dirijam em procura de alguns momentos de alegre convivência, não pode estar dominado por este elemento pernicioso que attenta publica e andaciosamente contra os mais comesinhos deveres sociais, e que vae além, muito além, chegando a desrespeitar as famílias, fazendo-as retrahirem-se, fugirem, daquelle logar aprazivel e único que possuimos. As *horisontaes*, uma cáfila de negras desoccupadas e atrevidas e uma molecada insolente que está pedindo colônia correccional, julgaram muito bem e bonito andar aos encontrões, com as senhoritas e senhoras que passeavam pelas ruas do jardim, impondo-lhes, deste modo, a retirada, indefesas e naturalmente timoratas que são ellas. A liberdade, já tivemos occasião de dizer referindo-nos a abuzos naquelle logar, não pode ser esta criminosa desatenção que individuos mal educados querem praticar com similhante desenvoltura. O jardim é de todos, mas de todos os educados. Á Prefeitura e á autoridades policiaes endereçamos estas linhas como uma reclamação que nos fizeram muitas famílias que se retiraram Domingo do jardim, possuídas de justa indignação

contra aquelles factos deprimentes do nosso meio civilizado. Esperamos o correctivo enérgico da parte das autoridades, mesmo que se torne precisa uma postura municipal prohibindo alli a entrada dessa gente mal educada¹²⁰.

A idéia de que o jardim “é de todos, mas de todos os educados”, ou seja, de que o público não é tão público assim, é encontrada de diversas formas em quase todos os documentos que analisamos. As fotografias mostram isso muito bem, quando ignoram a presença dos “indivíduos mal educados”, da “molecada insolente” e da “cáfila de negras desoccupadas e atrevidas”, enfim, a presença dos pobres nos jardins e espaços “civilizados”. Estes, aparecem somente representados no mundo do trabalho, como se só restassem os ambientes destinados a esta atividade, enquanto legítimos para serem ocupados pelas classes populares.

¹²⁰ O JARDIM E AS FAMÍLIAS. Jornal “A Cidade”. 2 de maio de 1905.



Trabalhadores nas fazendas de café da região. Na seqüência: 1ª foto – 1900 (Foto 36); 2ª foto – década de 1920 (Foto 299); 3ª e 4ª fotos – 1911 (In: Rev. Brazil Magazine).

Para compreendermos o que se passava em Ribeirão Preto, naquele período, temos que relacionar as obras e intervenções realizadas com a idéia de “progresso” e “grandeza” de um município que se expandia cada vez mais, tanto demográfica quanto economicamente. Só que essa imagem que se pretendia construir estava concentrada

sobre um determinado espaço, localizado no quadrilátero central, como foi falado acima. Isto teria como condição, a desvinculação de um mundo considerado cada vez mais “atrasado” e “antigo”, em favor de uma “modernidade civilizadora”. É só a partir do momento em que levarmos em consideração esse pensamento, enquanto norteador das ações praticadas pelos nossos reformadores urbanos, poderemos entender como isso foi possível. O discurso encontrado no relatório do Presidente da Câmara, Fábio de Sá Barreto, representa bem o que estamos querendo dizer:

Era mister preparar o soberbo cenário dentro do qual as forças progressistas e latentes de Ribeirão Preto puderam operar a maravilhosa transformação da antiga, desgraciosa e empoeirada povoação que surgira nos sertões do Oeste Cafeeiro, na esplendida, confortável e grande cidade que é hoje Ribeirão Preto. E assim se fez. Construiu-se o maravilhoso jardim da praça 15 de Novembro. Esse jardim, com a sua profusa, bem distribuída e artística iluminação, as linhas irrepreensíveis de suas ruas, o verde maravilhoso de seu gramado, é sem contestação o orgulho da cidade e uma das mais belas praças do Estado de S. Paulo¹²¹.

¹²¹ APHRP. Relatório da Presidência da Câmara Municipal apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1926.



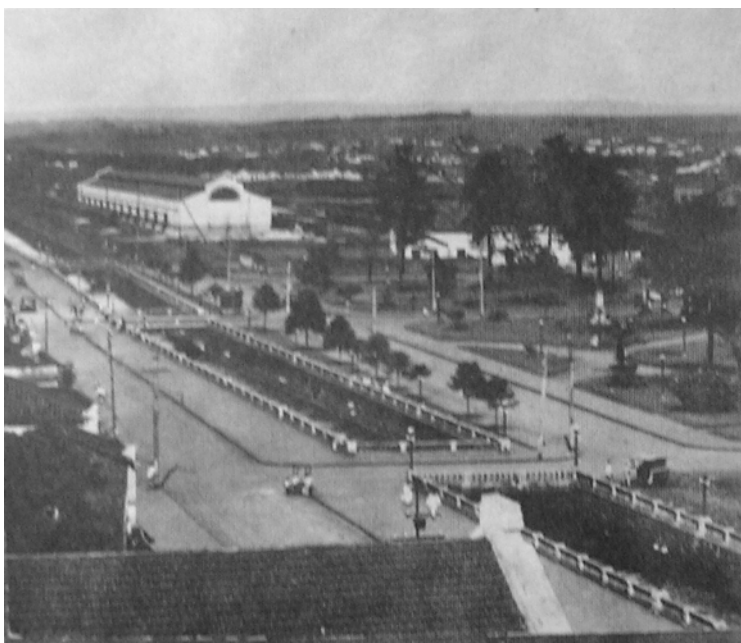
Praça XV de Novembro – 1920 (Foto 287). Autor desconhecido.

Esta praça simbolizava a imagem da cidade que se queria. Assim, várias outras praças, também circunscritas na chamada área “urbana” seguiram seu exemplo, como a Praça Aureliano de Gusmão, com seu “bello jardim, encantador e aprazível”, reformada através de uma “obra de grande vulto e esmerado gosto”¹²². Ou ainda as já citadas, Praça 13 de Maio, de “magnífico aspecto”¹²³, e a Praça Schmidt, possuidora de um “parque encantador com o seu soberbo grammado e esplendidos passeios de mosaicos de cor; as artísticas balaustradas de cimento que margeiam o rio no extremo da praça, sobre ás quaes, em esbeltos supportes de ferro, se ostentam bellos globos de luz electrica”¹²⁴.

¹²² APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1927.

¹²³ APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1920.

¹²⁴ APHRP. Relatório da Presidência da Câmara Municipal apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1926.



Praça Schmidt em frente à Av. Jerônimo Gonçalves, e ao fundo a Estação da Mogiana – 1925. In: Cione: 1989.

Além das praças representarem o projeto modernizador do “perímetro urbano”, elas contribuía para que se valorizassem as áreas localizadas em sua proximidade. Dessa forma, possibilitaram a construção de “casas de excelente aspecto” nas suas imediações¹²⁵, e incitaram a “iniciativa privada” a colaborar com o “engrandecimento de Ribeirão Preto”, pois suas obras de utilidade e de embelezamento fazem ascender a valores elevados os empreendimentos até agora realizados. (...) obras de embelezamento e de conforto na parte relativa às construções novas, lindas habitações e confortáveis vivendas que se vão erguendo na área urbana¹²⁶.

¹²⁵ APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1927.

¹²⁶ APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 15 de abril de 1925.



Casas em torno da Praça XV de Novembro – 1916. In: Cione: 1989.

Os novos prédios e novos edifícios, construídos na “zona urbana”, foram muito elogiados, pois tinham uma “architectura moderna” e, por esse motivo, se transformaram em símbolos do “progresso” que se imaginou pertencer ao município¹²⁷. Só que estas construções não poderiam ser realizadas ao acaso, ao “livre arbítrio dos proprietários, que raramente observavam as disposições do Código de Posturas”¹²⁸.

Assim, em 1912, foi criado o cargo de diretor de obras, assumido pelo Dr. Antonio Soares Romeo, e sob sua orientação, organizou-se a Repartição de Obras com o objetivo de elaborar projetos e plantas e dirigir as obras públicas municipais, como também fiscalizar as obras particulares. O que se tentava impedir com as ações praticadas acima era que não se repetisse o que aconteceu nos bairros da Vila Tibério e do Barracão que, “preferidos para residência dos operários e das classes menos favorecidas da sorte”, possuíam construções “fora do alinhamento das ruas, baixas, sem

¹²⁷ APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 26 de abril de 1924.

¹²⁸ APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1920. Em outra oportunidade analisaremos os Códigos de Posturas aprovados no período.

ventilação e sem luz, as quaes só lenta e difficilmente poderão ser reconstruídas, por falta de recursos de seus donos”¹²⁹.

As posturas municipais possuíam regras bastante rígidas para a construções das casas, regulamentando desde a “regularidade simétrica na colocação das portas, janelas”¹³⁰ e as “devidas proporções arquitetônicas”¹³¹ até a oposição quanto à “forma ou arquitetura do edificio, (...) quando o conjunto não oferecer um dispositivo harmônico e satisfatório em relação à estética”¹³². Além disso, os proprietários eram obrigados a cair a frente de seus prédios e muros, ao menos uma vez por ano¹³³.

Os jornais reclamavam o cumprimento das leis referentes a construções, principalmente porque o “desenvolvimento crescente da nossa cidade” não podia nem devia ser comparado a “estas villas e aldeias, pobres e atrasadas, que não possuem melhoramentos desta natureza, os quaes muito contribuem para que tenhamos um centro habitável, possuindo os elementos de conforto que a nossa civilização exige”¹³⁴.

¹²⁹ *Idem* nota anterior.

¹³⁰ Artigo 7, Código de Posturas – 1889. APHRP.

¹³¹ Artigo 64, Código de Posturas – 1902. APHRP.

¹³² Artigo 47, Código de Posturas – 1902. APHRP.

¹³³ Artigo 25, Código de Posturas – 1889. APHRP.

¹³⁴ MELHORAMENTOS E IMPOSTOS. Jornal “A Cidade”. 25 de março de 1905.



Palacete do Coronel Francisco Junqueira, localizado na Praça XV de Novembro – 1907 (Foto 150). Autor: J. G. Mattos.

A partir disso, estava assegurada às “construções urbanas”, através da “severa fiscalização” imposta pela Repartição de Obras e pela exigência de materiais de “boa qualidade”, as condições de “solidez, de hygiene e de conforto”. Assim, não haveria o risco de se confundir as novas habitações de “arquitetura moderna”, com os “prédios em más condições de hygiene, com material de péssima qualidade e sem architectura”¹³⁵, típicas construções dos bairros operários e pobres.

Esta tentativa de distinção das habitações foi levada até o ponto em que se propôs a divisão da cidade em circunscrições, estabelecendo-se para cada uma delas, um tipo ou padrão de casas obrigatório, pelos quais se deveriam guiar os respectivos projetos. A indicação não foi levada adiante por criar obstáculos à construção de casas justamente num momento de alto crescimento demográfico e aumento da demanda por habitações. Talvez o receio à construção de cortiços e habitações coletivas, em função

¹³⁵ APHRP. Relatório da Prefeitura Municipal apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1920.

destes obstáculos, tenha sido maior que a vontade de impor regras restritivas referentes ao espaço urbano. E parece que isso surtiu efeito, quando o redator de um jornal da época observou que

(...) nunca se construiu tanto em Ribeirão Preto, como nestes últimos tempos. Si não me engano, têm se edificado ultimamente, em media, cincoenta casas por anno. Vae-se por ahi de rua em rua, flanando, e a cada esquina vêem-se andaimes, pedras, tijollos, madeiras, em suma, prédios em construcção. E não somente é avultado o numero das casas novas, não somente surgem por ahi quase de improviso bairros novos, não somente se vae alargando o perímetro urbano dia a dia, para todos os lados, numa conquista silenciosa e continua. Em geral, o que se vae fazendo, os edificios que se estão construindo, não são, como os antigos, simples barracas de feira, armadas ao acaso para uso immediato e temporário, destinadas a uma próxima demolição e aproveitamento em outra parte, onde convenha aos interesses dos seus donos. Ao contrario. Têm-se edificado bons prédios, sólidos, arejados, confortáveis, denotando mesmo alguns delicada preocupação de arte e de bom gosto. Para não citar uma dezena de prédios nessas condições, basta lembrar o palácio episcopal, que é sem contestação o mais elegante e faustoso da zona e faria, mesmo, boa figura em S. Paulo ou no Rio¹³⁶.

¹³⁶ TIRAS. Jornal “Diário da Manhã”. 1 de junho de 1912.



Palácio Episcopal, rua Lafaiete – 1913 (Foto 111). Autor: Aristides Motta.

No ano de 1913 registrou-se a aprovação de 331 plantas pela Prefeitura Municipal para a construção de casas e, de acordo com um artigo publicado no jornal “Diário da Manhã”, estes números “são bastante lisongeiros para o desenvolvimento para o desenvolvimento progressista desta cidade (...), e cremos não errar afirmando que nenhuma outra do Interior conseguiu um avanço tão rápido no seu desenvolvimento urbano”¹³⁷.

Mesmo com o ritmo intenso de construções dos novos prédios e casas, observamos uma enorme preocupação com sua qualidade. Parece que o que estava em jogo, na verdade, era a tentativa de extinguir qualquer tipo de comparação e confusão com um passado recente, considerado primitivo demais para o estágio de desenvolvimento que se imaginava encontrar a cidade de Ribeirão Preto naquele

¹³⁷ A CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO. Jornal “Diário da Manhã”. 15 de janeiro de 1914.

período. À precariedade das antigas construções, opunha-se uma nova arquitetura baseada na alvenaria, caracterizada pelo seu desejo de permanência, pois fundamentada nas novas técnicas e materiais importados da Europa, distinta, portanto, dos casebres provisórios feitos para receber a passagem de tropeiros por aquela região (Cione: 1989):

Ribeirão Preto é uma cidade que ainda está por construir-se, dizia ante-hontem um cavalheiro, subindo a rua General Ozório. E razão lhe davam, por certo, as casas daquela nossa via principal, casas todas precárias, mal construídas todas, quase em ruínas... Ribeirão Preto é uma cidade que ainda está por construir-se... Com efeito, o que por ahi vemos com o nome de habitações são moradas provisórias, abrigos erguidos às pressas, no atropello de um abarracamento. A cidade definitiva, durável, capaz de affrontar os séculos, ainda está para edificar-se. Começam talvez agora os primeiros ensaios desse empreendimento. Já se vão levantando edificios cuja alvenaria denota a resolução firme de ficar... Os casebres primitivos ruirão dentro em breve, sob a picareta impiedosa. A linha humilde do “rez do chão” desaparecerá, dando lugar a magestosos sobrados, decorativos e úteis. Talvez os nossos capitalistas não cogitassem ainda da remuneração considerável que teriam os seus capitães se os empregassem na construção de bons prédios nesta cidade¹³⁸.

Para finalizar as obras de embelezamento, edificaram-se imponentes prédios públicos, como por exemplo, a nova sede do Governo Municipal. O antigo prédio onde

¹³⁸ PELA EDIFICAÇÃO DA CIDADE. Jornal “Diário da Manhã”. 11 de junho de 1912.

funcionava a Prefeitura e a Câmara de Vereadores não fazia jus ao “adeantamento do município”, com seu aspecto “sem apparencia, sem hygiene e sem accomodações, (...) envergonhando-nos sempre que tínhamos de receber visitas de altas autoridades, de diplomatas e de estrangeiros illustres”.



Paço Municipal localizado na Praça Barão do Rio Branco – 1925. In: Walker e Barbosa: 2000.

Era, pois, urgente construir, em substituição ao “velho pardieiro”, o novo e “sumptuoso” Paço Municipal,

que se ostenta á Praça Barão do Rio Branco, elegante nas suas linhas, excellente em suas disposições internas, amplo, bem acabado, obra, emfim, que servirá condignamente de sede ao Governo do Município durante muitas gerações¹³⁹.

Além do Paço Municipal, foram inaugurados, no período: o 1º Grupo Escolar, na rua Lafaiete; o edifício do Fórum e da Cadeia, na rua Duque de Caxias; o Palácio Episcopal, também na rua Lafaiete; (...);

¹³⁹ *Idem* nota anterior.



Prédio da Sociedade Recreativa – 1911. In: Ver Brasil Magazine.



1º Grupo Escolar – década de 1910 (Foto 141). Autor: Flósculo de Magalhães.



Edifício do Fórum e Cadeia – década de 1910 (Foto 140). Autor: Flósculo de Magalhães.



Teatro Pedro II – 1930 (Foto 9). Autor: Maggiori.

(...) o edifício do Ginásio do Estado, na rua Prudente de Moraes; os prédios das Sociedades Beneficência Portuguesa, Recreativa e Legião Brasileira; sem contar os grandiosos teatros Carlos Gomes e Pedro II, ambos na praça XV de Novembro.

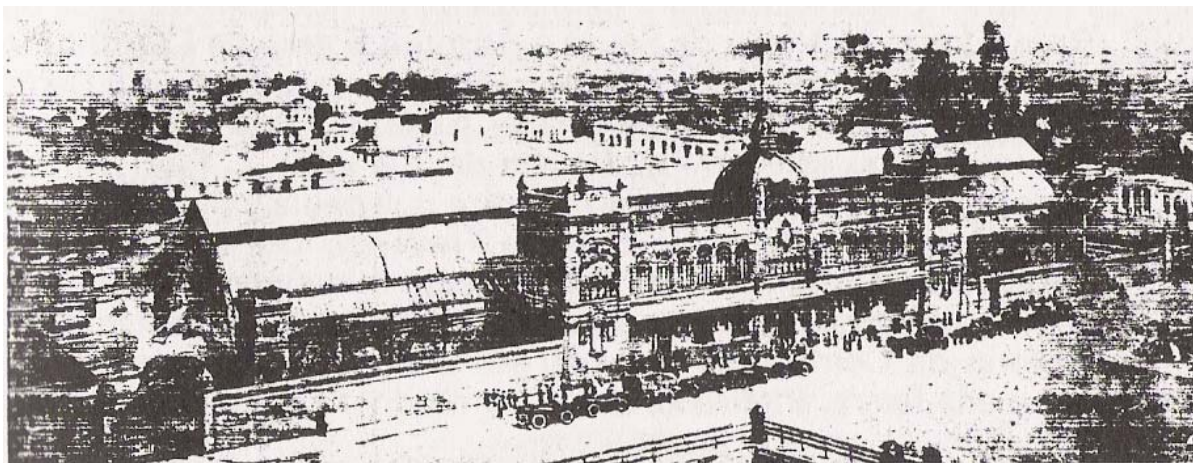
Como se viu, Ribeirão Preto caminhou a passos largos rumo ao progresso e a civilização. Infelizmente, aos olhos de nossos reformadores urbanos, dois melhoramentos “modernos” não puderam ser concretizados: uma nova Estação de trens e a instalação de bondes elétricos. Esta seria imprescindível para a expansão da cidade, atingindo os subúrbios e incentivando a construção de prédios nos lugares mais longínquos, onde o ar seria “mais sadio”, dando a “impressão geral de bem-estar e de progresso”. O bonde seria fundamental, acima de tudo, por ter condições de “alterar a feição da nossa vida de cidade pequena, emprestando-lhe certas circunstancias características de uma cidade grande”¹⁴⁰.

Mas era uma nova Estação que encarnava a ansiedade por progresso dos nossos reformadores. Ela representaria a materialização do grau de civilização da “capital do Oeste”¹⁴¹, e atestaria “aos posteros a nossa riqueza”¹⁴². Para isso contratou-se o “illustre e operoso ssr. Dr., José Pereira Rebouças” para a construção de uma “nova, commoda e moderna estação” condizente com o adiantamento do município, além de ter sido elaborado até mesmo um projeto que, por motivos de ordem financeira, segundo os relatórios dos prefeitos, não pode ser levada a cabo.

¹⁴⁰ MELHORAMENTOS LOCAES. Jornal “Diário da Manhã”. 4 de fevereiro de 1914.

¹⁴¹ ÀS QUINTAS E DOMINGOS. Jornal “A Cidade”. 30 de maio de 1909.

¹⁴² COMMENTARIOS. Jornal “Diário da Manhã”. 26 de março de 1912.



Projeto elaborado pela firma de engenharia Ramos de Azevedo – 1910. In: Cione: 1989.

Mas estas duas decepções não foram o suficiente para frustrar o sentimento que perpassou todo o período analisado, isto é, de que a cidade de Ribeirão Preto, através de suas transformações urbanas, adquiriu o *status* de “Capital d’Oeste”, um centro desenvolvido, progressista e moderno. Este sentimento não poderia ser melhor resumido neste artigo de jornal que transmite, de um modo geral, todo o imaginário daquele período de fins do século XIX e começo do XX:

Esta cidade é talvez de todas do Estado, exceção feita da Capital, a que mais se tem desenvolvido. Quem viu há vinte annos, e a vê de novo agora, não pode deixar de impressionar-se com a sua radical e rápida transformação. Há vinte annos Ribeirão Preto era pouco mais que uma villa, com ruas esburacadas, illuminadas a kerozene, casas sujas e feias, muito espaçadas, duas ou três praças que serviam de pasto para as tropas que por aqui transitavam. Á noite era um heroísmo ir-se de um ponto a outro. Infestavam-no bandidos e ladrões, com os quaes a policia ás vezes fazia causa commum. A nossa policia de vinte annos atraz!



Vista panorâmica da cidade de Ribeirão Preto – 1917 (Foto 262). Autor desconhecido.

A igreja, ainda todos devem lembrar, era um barracão sem torres, com um cruzeiro negro á frente, todo rodeado de grama, que era a delicia da molecada nas tardes claras de verão. Os córregos do Retiro e Ribeirão Preto fluíam socegados por entre espesso capoeirão ou se espraivavam em brejaes infectos e pestilentos. Nas proximidades da estação da Mogyana havia um verdadeiro precipício, em cujos barrancos se dependuravam algumas casas velhas e enlameadas. Ainda recordo com saudades o monótono e dolente rechino dos pesados e archaicos carros de boi, entrando ou saindo da cidade, pela madrugada, carregados de grossos tôros de lenha, ou abarrotados de saccos de café.



Vista panorâmica da cidade de Ribeirão Preto – 1917 (Foto 263). Autor desconhecido.

Tudo agora está mudando, e quem visita de novo o Ribeirão Preto, tendo-o conhecido nesses bons tempos d’antanho, naturalmente nota com espanto a extraordinária mudança. Agora é uma cidade moderna, calçada, arborizada, illuminada a electricidade, com serviço de águas e exgottos, e todo o conforto, emfim, que nos depara uma cidade verdadeiramente moderna e adiantada. O seu perímetro se alargou para todos os lados, bairros novos surgiram onde era floresta ou capoeira; fundaram-se fabricas, escolas, estabelecimentos de instrucção secundaria, casas de diversões, instituições pias; nas suas ruas e praças, nos seus jardins, uma população laboriosa moureja na labuta alacremente, preparando um futuro farto e descansado. Mas... até aonde irá isto? Há optimistas que imagina para o Ribeirão Preto um desenvolvimento como o das cidades do

Oeste americano, ou como o das grandes metrópoles de leste, Nova York, Philadelphia, Boston, e outras. Há pessimistas que julgam termos já atingido o ponto Máximo da nossa evolução, que pouco mais poderemos ainda progredir. Estes entendem que, centro exclusivamente agrícola, tendo a nossa lavoura tocado ao apogeu da sua expansão e só podendo d'ora avante retrogradar, o Ribeirão seguil-a-á nessa curva. Como sempre, a verdade deve estar no meio¹⁴³.



Vista panorâmica da cidade de Ribeirão Preto – 1917 (Foto 264). Autor desconhecido.

¹⁴³ TIRAS. Jornal “Diário da Manhã”. 12 de maio de 1912.

CONCLUSÃO

Nosso intuito, neste trabalho, foi tentar compreender a produção social da cidade de Ribeirão Preto no período correspondente à República Velha. Assim, procuramos demonstrar na apresentação como o problema geral da pesquisa está posto, ou seja, de que maneira certos pressupostos teóricos e metodológicos puderam nos ajudar a levantar certas questões que nortearam os nossos objetivos gerais. A delimitação temporal que propusemos aqui adquire seu sentido quando observamos que foi a partir de 1889, data da aprovação do primeiro Código de Posturas da cidade, responsável, acima de tudo, por uma incipiente ordenação territorial, que se deu o início de um tipo de intervenção sobre o espaço urbano, marcado por intensas transformações, que se estendeu até o final da década de 1920. A partir daí, devido às sucessivas crises do café, grande estimulador financeiro das obras urbanas, o foco da administração municipal deixa de se concentrar neste aspecto, como era até então, para dividir sua atenção com outros temas e assuntos¹⁴⁴.

Além destes motivos, várias mudanças no cenário brasileiro justificaram a escolha pelo período. Como foi dito no começo do trabalho, diversos processos contribuíram para que se instaurasse uma nova configuração social; Abolição da Escravatura, Proclamação da República, desenvolvimento econômico proporcionado pela economia cafeeira, imigração estrangeira em massa, construção de estradas de ferro, etc. Tudo isso possibilitou a formação de núcleos urbanos novos, caracterizados por uma extrema heterogeneidade de atividades, dentre elas, o de espaço residencial e de vivência de diferentes grupos sociais. Mais, era o espaço por excelência, em que as

¹⁴⁴ Para saber mais sobre a mudança de prioridades da administração municipal ribeirãopretana, principalmente no que diz respeito às políticas urbanas, ver Silva (2002) e Sanches (2003).

peças poderiam desenvolver a igualdade formal permitida por sua nova condição política de cidadãos (Bresciani: 2003; Caldeira: 2000; Telles: 2001) .

Eram estes processos, combinados com as transformações urbanas que nos interessavam. Na verdade, pelo que foi estudado, sua associação possibilitou compreender uma complexidade de fatores que estavam em jogo naquele momento. Para nós, ficou claro que o processo de segregação sócio-espacial, percebido através da análise dos documentos, foi determinante para a compreensão da reordenação das relações de poder entre os diversos grupos sociais existentes ali.

Através dos discursos justificadores das intervenções no ambiente urbano, legitimou-se um modo de ação que contribuiu para que aquela cidadania incipiente, que despontava formalmente na lei, não chegasse a ser efetivada. O espaço público, *locus* privilegiado do exercício moderno dos direitos (Caldeira: 2000; Lanna: 1996), acabou sendo, sintomaticamente, o cerne condicional da exclusão. Aliás, como foi visto na introdução, em nenhuma parte da Europa, onde nasce este ideal, concretizou-se efetivamente seus princípios (Topalov: 1996).

Esta exclusão, sócio-espacial, aos poucos foi sendo construída através de categorias que pretendiam nomear e classificar certos lugares da cidade. Pelo que vimos no trabalho, essas categorias estavam relacionadas a três aspectos: o da *higiene*, o da *circulação* e o do *embelezamento* dos espaços urbanos. É bom frisar que a própria denominação de “urbano” percorreu os discursos analisados, identificando a área passível de receber aqueles equipamentos e técnicas modernos importados da Europa pelos reformadores urbanos.

Não se tratava apenas de transformar o ambiente físico, mas também o simbólico. Ao mesmo tempo em que se demolia a antiga Matriz, ficava clara uma opção pelo que havia de novo, reprovando-se um passado até pouco presente. Junto com o

passado deveria ficar também as características rurais, através do extermínio do pó e da lama, obsessão de todas as administrações municipais. Depois disso, restava caracterizar os espaços com os símbolos do progresso e desenvolvimento, pois para uma cidade que lutava por se firmar como a capital do interior paulista, havia a necessidade de representar-se como uma metrópole.

Tudo em nome de uma “modernização civilizadora”, que pretendia trazer o progresso e espantar os resquícios de um outro tempo. De um outro tempo e de um outro espaço, pois estas categorias de análise estão sempre em relação, já que as concepções de tempo podem ser perceptíveis através de atividades sociais realizadas num determinado espaço (DaMatta: 1997; Evans-Pritchard: 1978). Só que esses resquícios, ou suas características, serviram para dar valor aos espaços que se contrapunham à imagem ideal do que se queria construir. Começava a se formar aquilo que Foucault chamou de “espaços outros” (1967), isto é, espaços estigmatizados que ajudam a delimitar o que é considerado normal.

Assim, os espaços estigmatizados – “bairro operário”, “subúrbio”, “arrabalde”, “chácara” e até mesmo “fazenda” – incorporaram ou sofreram as tentativas de imposição dos discursos que visavam depreciá-los. Paralelamente, a área central, circunscrita pelos dois córregos que cortavam a cidade, recebeu todo investimento, financeiro e simbólico, da modernização urbana. Quem usufruía deste espaço? Ora, a elite oligarca cafeeira, com sua concepção privatista de bem público. Conseqüentemente, o que deveria estar disponível a todos os cidadãos foi legitimado enquanto exclusividade de determinados grupos. Uma reorganização das relações de poder foi possível, excluindo-se os que formalmente tinham o mesmo *status* de cidadão, dos benefícios permitidos pelas transformações urbanas. Aquela herança rural, por mais

que viesse perdendo sua força paulatinamente, ainda conseguia se recompor sob novas bases.

Enfim, as transformações urbanas e os discursos eleitos para sua justificação transpareceram um tipo de ação que conseguiu comprometer a convivência entre os diversos grupos sociais que passaram a viver na cidade de Ribeirão Preto entre fins do século XIX e começo do XX. É como se o contato diluísse as fronteiras simbólicas existentes entre as camadas dominantes e as classes pobres. Fazendeiros oligarcas, coronéis, imigrantes italianos, negros recém libertos, advogados, médicos, pobres em geral, engenheiros, comerciantes ambulantes; toda essa gama de indivíduos circulando juntos podia dar a impressão de efetivação do ideal igualitário subjacente ao espaço público moderno (Caldeira: 2000). Era preciso então, ordenar, classificar e separar os lugares, e principalmente seus habitantes e usuários. Somente dessa forma podemos entender o que significou as mudanças ocorridas naquela cidade do interior paulista.

As campanhas sanitárias, que tinham o objetivo de acabar com as ameaças epidêmicas, foi um dos exemplos de tentativa de ordenação do território urbano. Encontradas as possíveis causas desses males, no caso a má circulação de água, restava concentrar esforços para sua solução, retificando os córregos do Ribeirão Preto e do Retiro, e acabando com as “águas estagnadas”, causa das famosas febres. Só que as ações sanitárias não se restringiam aos espaços públicos, mas adentrava as habitações particulares. Os residentes eram obrigados a abrirem suas portas aos fiscais municipais para vistorias constantes. A partir daí, a circulação das águas vai aos poucos dando lugar à circulação de pessoas, ou seja, começava haver uma tentativa de regular os comportamentos considerados anti-higiênicos.

Para isso, tornava-se necessário separar os cômodos da casa, e das atividades a serem realizadas nestes cômodos. O que se queria com isso era impedir a aglomeração

de pessoas em espaços reduzidos, dificultando, assim, aos olhos dos agentes sanitários, a propagação das doenças. Mas não era somente uma preocupação com a saúde dos habitantes, tinha um caráter moral, de imposição de um modelo familiar nuclear; para cada família, uma habitação, para cada membro da família, um cômodo (Costa: 1979). Por isso a aversão aos cortiços e a “promiscuidade” que simbolizavam. Por isso a construção de vilas operárias de acordo com as normas higiênicas consideradas ideais. A limpeza e o asseio deveriam abarcar também as pessoas, através dos espaços destinados aos seus usos.

Distinguindo e delimitando os espaços higiênicos, em oposição aos sujos, impunha-se a legitimidade de quais grupos deveriam utilizá-los. Não é por acaso que observamos a estigmatização de diversos tipos indesejáveis, como as prostitutas, os mendigos, os moleques, os ambulantes e, principalmente, os vagabundos. Desejava-se a regeneração dos costumes, da boa conduta, da família e do trabalho, ordenando e estipulando as atividades legais e os seus respectivos territórios. Justificava-se a repressão a esses indivíduos, através da ação policial, excluindo-os dos espaços destinados às “pessoas de bem”.

A limpeza que se almejava com a higienização do ambiente urbano acabava “sujando” certos grupos sociais – notadamente os pobres – expulsando-os para os “arrabaldes” da cidade desenvolvida. Eliminavam-se as ameaças epidêmicas e as ameaças morais do espaço urbano, permanecendo os elementos “civilizados”, identificados com a elite do período. Como as epidemias eram impossíveis de se controlar através de barreiras físicas, estabelecia-se uma profilaxia moral dos indesejados, além da vacinação, única ação que não se concentrava no perímetro central da cidade, considerado a própria área urbana.

Eram indesejados também os vestígios do ambiente rural – os animais, o pó e a lama –, sendo necessária e urgente sua eliminação. O calçamento foi um empreendimento considerado prioritário em toda a administração municipal, trazendo comodidade, conforto e higiene. Deixava pra trás o mundo rural, identificado através dos hábitos do homem “caipira” (Naxara: 1998). O calçamento significava um passo para o progresso da cidade de Ribeirão Preto rumo ao que podemos chamar de “civilização urbana”. Não devemos esquecer que as estradas de rodagem possibilitavam a comunicação da população rural, atrasada e lenta, com os benefícios que a cidade oferecia, e sua suposta superioridade “cultural”. O atraso, representado na “deprimente terra roxa” e nos “arcaicos carros de boi”, não era condizente com a condição de “Capital d’Oeste”, que se tentava arduamente construir.

Completando as ações dos nossos reformadores urbanos, ou o que chamavam de “ação civilizadora da picareta”, construiu-se e reformaram-se os jardins públicos. E é neste espaço que vimos mais claramente a visão exclusivista das classes dominantes. As “famílias”, como eram denominadas, exigiam que os belos e suntuosos jardins fossem destinados a elas. A Praça XV de Novembro, foco das atenções, como vimos, simbolizava todas as características positivas do novo estilo de vida urbano, quer seja, civilizado, belo, educado, que se impunha naquele momento. As “famílias”, únicas capazes de preencher estes requisitos da “civilização”, sentiam-se no direito de reclamar uma certa exclusividade que visava acabar com os abusos e desrespeitos que a simples permanência dos pobres em geral trazia consigo.

Mas o que diferenciaria este tipo de modelo de produção de uma cidade do interior paulista do resto do Brasil? Qual era sua especificidade, já que estes mesmos elementos estavam presentes nas mudanças ocorridas em outras cidades brasileiras? Parece-nos que havia uma oposição construída entre o mundo rural e o urbano, assim

como em São Paulo de fins do século XIX (Frehse: 1999). Havia também categorias intermediárias entre os dois mundos, como o “subúrbio” encontrado em São Caetano do Sul, no mesmo período analisado aqui neste trabalho (Martins: 1992). O caráter segregador, de um modo geral, também foi uma constante em quase todas as cidades brasileiras que passaram por transformações durante o século XIX (Marins: 1998).

A particularidade que procuramos encontrar no processo de urbanização de uma cidade do interior paulista, como Ribeirão Preto, não residia, então, nas características enumeradas acima, mas num aspecto presente nos discursos analisados: o progresso e desenvolvimento da “Capital d’Oeste”. Todas as intervenções procuravam caracterizar e destinar a cidade de Ribeirão Preto dos melhoramentos e equipamentos urbanos que possibilitassem a construção de uma imagem de centro regional. É como se a centralidade das outras cidades brasileiras, estudadas através da bibliografia utilizada, em sua maioria capitais dos Estados, estivesse subentendida e não precisasse ser proclamada ou enunciada.

Esta “necessidade” era considerada urgente pelo fato da riqueza e prosperidade de Ribeirão Preto advirem justamente do ambiente rural, no caso a produção cafeeira, isto é, justamente daquilo que se queria eliminar qualquer tipo de associação. Isto poderia levar a contradições, pois, por exemplo, quando a “terra roxa”, considerada fonte do desenvolvimento e riqueza das plantações de café e, conseqüentemente, do próprio município, foi ao mesmo tempo responsabilizada pelo “grande mal” que assolava a cidade, ou seja, o pó e a lama, isto possibilitou uma certa ambigüidade nos discursos enunciados. Ao mesmo tempo valorizava-se negativa e positivamente a “terra roxa”.

Enfim, a importação e assimilação dos modelos urbanísticos europeus, implicou numa ressignificação baseada na “higiene”, “circulação” e “embelezamento”.

Processo semelhante a outras cidades brasileiras. A especificidade ficou por conta do aspecto progressista presente nas transformações urbanas de Ribeirão Preto. Observamos a tentativa de construção de uma imagem de cidade moderna, civilizada, desenvolvida, mas principalmente capital e centro de referência da maior região produtora de café do Brasil e do mundo. A dependência de uma sociedade que, ainda naquela época de fins do século XIX e começo do XX, a conduzia política, econômica e socialmente, trouxe certas ambigüidades a este processo, já que as características rurais, e Ribeirão Preto possuía uma aproximação relativamente grande com essas características, ao mesmo tempo em que estava presente e era condição para o progresso, dava a impressão de que a cidade estava presa a um passado recente, marcado pelo atraso, antítese do ambiente moderno que se queria.

Acreditamos que a nossa colaboração ao entendimento sociológico da história urbana da cidade de Ribeirão Preto consistiu justamente na compreensão desta especificidade. As transformações do espaço citadino, caracterizadas por elementos comuns a outras cidades brasileiras, como por exemplo, a segregação das classes pobres para os subúrbios e arredores do perímetro central – este sim receptor dos equipamentos urbanos modernos –, teve como princípio a construção de uma grande cidade, metrópole do interior, “Capital d’Oeste”.

FONTES

Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto – APHRP

Revistas e Almanques:

ALMANACH ILLUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia, 1914.

REVISTA BRAZIL MAGAZINE. *Ribeirão Preto “Le pays du café”*, 1911.

ALBÚM COMEMORATIVO DO 1º CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO. Ribeirão Preto, 1956.

O MUNICÍPIO E A CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO NA COMEMORAÇÃO DO 1º CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL: 1822-1922. Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 1923.

POLYANTHÉA. Comemorativo da Inauguração do Edifício da Legião Brasileira. Ribeirão Preto, 1917.

Fotografias:

FOTOGRAFIAS pertencentes ao Fundo José Pedro Miranda.

Mapas/Plantas:

PLANTA da Villa de Ribeirão Preto – 1884.

PLANTA da Villa de Ribeirão Preto – 1890.

PLANTA da Cidade de Ribeirão Preto – 1892.

PLANTA do Núcleo Colonial Antônio Prado – 1893.

PLANTA de Ribeirão Preto – sem data.

Relatórios:

RELATÓRIO do Major Dr. Joaquim Estanislau da Silva Gusmão, Intendente Municipal, apresentado à Câmara Municipal em sessão de 7 de janeiro de 1897 e do Tenente Francisco do Sacramento, Diretor da Secretaria da Câmara Municipal do Ribeirão Preto, apresentado ao Major Dr. Intendente Municipal, em 31 de dezembro de 1896. São Paulo: Tipografia da Industrial de São Paulo, 1987.

RELATÓRIO do Dr. Joaquim Alfredo de Siqueira, Intendente Municipal, apresentado em sessão da Câmara no dia 7 de janeiro de 1902. Ribeirão Preto: Tipografia do Diário da Manhã, 1902.

RELATÓRIO de 1902 apresentado à Câmara Municipal do Ribeirão Preto pelo Prefeito Dr. Manoel Aureliano de Gusmão, na sessão de 10 de janeiro de 1903. São Paulo: Duprat & Comp., 1903.

RELATÓRIO de 1904 apresentado à Câmara Municipal de Ribeirão Preto pelo prefeito Dr. Floriano Leite Ribeiro, na sessão de 7 de janeiro de 1905. Ribeirão Preto: Tipografia e Papelaria d "A Cidade", 1905.

RELATÓRIO apresentado à Câmara Municipal de Ribeirão Preto pelo prefeito Dr. Joaquim Macedo Bittencourt, em sessão de 15 de janeiro de 1913.

RELATÓRIO da Prefeitura, correspondente ao exercício de 1923, apresentado à Câmara Municipal em sessão de 26 de abril de 1924. Ribeirão Preto: Tipografia Livro Verde, 1924.

RELATÓRIO da Prefeitura correspondente ao exercício de 1924, apresentado à Câmara Municipal em sessão de 15 de abril de 1925, pelo prefeito municipal Dr. João Rodrigues Guião.

RELATÓRIOS correspondentes ao exercício de 1925, apresentados à Câmara Municipal em sessão de 15 de janeiro de 1926, pelo presidente Dr. Fábio de Sá Barreto e pelo prefeito municipal Dr. João Rodrigues Guião. Ribeirão Preto: Casa Beschizza.

RELATÓRIOS correspondentes ao exercício de 1926, apresentados à Câmara Municipal em sessão de 15 de janeiro de 1927 pelo presidente Dr. Joaquim Camillo de

Moraes Mattos e pelo prefeito municipal José Martimiano da Silva. Ribeirão Preto: Tipografia Guimarães.

RELATÓRIOS correspondentes ao exercício de 1927, apresentados à Câmara Municipal em sessão de 15 de janeiro de 1928 pelo presidente Dr. Joaquim Camillo de Moraes Mattos e pelo prefeito municipal José Martimiano da Silva. Ribeirão Preto: Tipografia Guimarães.

RELATÓRIOS correspondentes ao exercício de 1928 apresentados à Câmara Municipal em sessão de 15 de janeiro de 1929 pelo presidente Dr. Joaquim Camillo de Moraes Mattos e pelo prefeito José Martimiano da Silva. Ribeirão Preto: Casa Beschizza.

RELATÓRIOS correspondente ao exercício de 1929, apresentado à Câmara Municipal em sessão de 15 de janeiro de 1930, pelo prefeito Dr. Joaquim Camillo de Moraes Mattos.

RELATÓRIOS da Prefeitura Municipal apresentados ao Exmo. Sr. Coronel João Alberto Lins de Barros, interventor federal no Estado de São Paulo e ao Exmo. Sr. Df. Arthur Neiva, secretário do interior dos negócios do Estado, acompanhados do relatório da contadoria municipal e do orçamento municipal para 1931. Ribeirão Preto, 15 de janeiro de 1931. Ribeirão Preto: Tipografia Vallada, 1931.

Jornais:

“A CIDADE”

Janeiro a junho de 1905;

Julho a dezembro de 1909;

Diversos artigos esparsos e catalogados correspondentes a vários anos (encontrados no próprio APHRP).

“DIÁRIO DA MANHÃ”

Janeiro a maio de 1912;

Janeiro a dezembro de 1913;

Janeiro a junho de 1914.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Sérgio. “A Gestão Filantrópica da Pobreza Urbana”. In: *São Paulo em Perspectiva*, 4(2); 8-17, abril/junho 1990.
- ALVIM, Zuleika. “O Brasil Italiano (1880-1920)”. In: Fausto, B. (org). *Fazer a América: a imigração em massa para América Latina*. São Paulo: Edusp, 1999.
- BACELLAR, C. A. P. & BRIOSCHI, L R. (org.) *Na Estrada do Anhanguera*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.
- BEGUIN, François. “As maquinarias inglesas do conforto”. *Espaço & Debates*, nº 34. São Paulo, 1991.
- BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: aspectos políticos*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão sobre a idéia de região”. In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989a.
- . “Espaço Social e Gênese das ‘classes’”. In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989b.
- . “Espaço Social e Poder Simbólico”. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- . *A Economia das Trocas Linguísticas*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1998.
- BRESCIANI, Maria S. “As sete portas da cidade”. *Espaço & Debates*, nº 34. São Paulo, 1991.
- . “Brasil: liberalismo, republicanismo e cidadania”. In: SILVA, Fernando T. *et alli*. (orgs.). *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2003.
- CALDEIRA, Teresa P. “A implosão da vida pública moderna”. In: *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CAMARGO, J. *Aspectos históricos da Câmara Municipal*. Ribeirão Preto, 1974.
- CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “A cidade e a política: do compromisso ao inconformismo”. In: *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: o teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume Dumará, 1996.

- . *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro Vezes Cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- CAVENAGHI, Airton José. São José do Rio Preto fotografado: Imagética de uma experiência urbana (1852-1910). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n° 46, pp. 147-169 – 2003.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CIONE, Rubem. *História de Ribeirão Preto*. I ao V volume. 3ª edição. Ribeirão Preto: Imag, 1989.
- COSTA, Emília Viotti da. “Urbanização no Brasil no século XIX”. In: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- COSTA, Jurandir Freire Costa. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- COSTA, Osmani Emboaba. *História da Fundação de Ribeirão Preto*. São Paulo, 1955.
- DAMATTA, Roberto. *A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DURKHEIM, E. “Representações individuais e representações coletivas”. In: *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1970.
- . *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção: “Os Pensadores”), 1978.
- & MAUSS, M. “Algumas formas primitivas de classificação”. In: RODRIGUES, José A. (org.). *Sociologia. Durkheim*. São Paulo: Ática, 1988.
- ESSUS, Ana Maria MAUad de Sousa Andrade. “O espelho do poder: fotografia, sociabilidade urbana e representação simbólica do poder político no Rio de Janeiro da Belle Époque”. In: Souza, Célia Ferraz de & Pesavento, Sandra Jatthy (orgs.). *Imagens Urbanas*. Porto Alegre: Editora da Universidade/EFRRGS, 1997.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. “Tempo e espaço”. In: *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FARIA, Rodrigo. *Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas, SP: Unicamp, 2003.

- FOUCAULT, Michel. “Espaços Outros”. Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d’Études Architecturales em 14 de março de 1967. Mimeo.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1969.
- FREHSE, Fraya. *Entre o Passado e o Presente, entre a Casa e a Rua: tempos e espaços na cidade de São Paulo de fins do Império*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Paulo, SP: USP, 1999.
- GODOY, José Henrique. *Coronelismo em Ribeirão Preto de 1889 a 1937*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). São Paulo, SP: USP, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- KONDOR, Ana Cristina. *O Processo de Estruturação do Espaço Urbano e a Qualidade dos Espaços Públicos Livres: o caso de São Carlos*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). São Carlos, SP: UFSCar, 2001.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem*. A origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LAGES, José Antônio. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro*. Ribeirão Preto: VGA, 1996.
- LANNA, Ana Lúcia. “A cidade controlada: Santos 1870-1913”. In: RIBEIRO, Luiz C. Q. & PECHMAN, Robert (orgs.). *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LEME, Maria Cristina da Silva. “A formação do pensamento urbanístico, em São Paulo, no início do século XX”. Espaço & Debates, nº 34. São Paulo, 1991.
- . “A formação do urbanismo como disciplina e profissão: São Paulo na primeira metade do século XX”. In: RIBEIRO, Luiz C. Q. & PECHMAN, Robert (orgs.). *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- MARINS, Paulo. “Habitação e vizinhança”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*, vol. 3. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- MARTINS, José de Souza. *Subúrbio*. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano. São Paulo: HUCITEC; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.
- . *O Poder do Atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.

- . “As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil”. In: *A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MIRANDA, José Pedro de. *Ribeirão Preto de ontem e de hoje*. Ribeirão Preto: El Dorado, 1971.
- MORAES, Maria Luiza. *A atuação da firma Theodor Wille e Cia no mercado cafeeiro do Brasil (1844-1918)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo, SP: USP.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998.
- OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- PAOLI, Maria Célia. “Movimentos sociais, movimentos republicanos?”. In: SILVA, Fernando T. *et alli*. (orgs.). *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2003.
- PECHMAN, Robert Moses. “Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular”. In: BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1992.
- . “O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20”. In: RIBEIRO, Luiz C. Q. & PECHMAN, Robert (orgs.). *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. “Do rural e do urbano no Brasil”. In: SZMRECSANYI, T. & QUEDA, O. (orgs.). *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo: Ed. Nacional, 1972.
- . “O coronelismo numa interpretação sociológica”. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História da Civilização Brasileira*. Vol.1. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1997.
- PESAVENTO, Sandra. “Entre prática e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo”. In: RIBEIRO, Luiz C. Q. e PECHMAN, Robert (orgs.). *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- . “Lugares malditos: a cidade do ‘outro’ no Sul brasileiro”. *Revista Brasileira de História*, nº 37, 1999.
- PETRONE. M. T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PINTO, Luciana Suarez. *Ribeirão Preto: a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930*. Dissertação (Mestrado em Economia). Araraquara, SP: Unesp, 2000.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

REIS, Márcio Andreza dos. *Do Eldorado do Café à Modernidade de Ribeirão Preto (1890 – 1910)*. Monografia (Graduação em História). Franca, SP: Unesp, 1998.

RIBEIRO, Luiz C. Q. “Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil”. In: RIBEIRO, Luiz C. Q. & PECHMAN, Robert (orgs.). *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

————— & CARDOSO, Adauto. “Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil”. In: RIBEIRO, Luiz C. Q. & PECHMAN, Robert (orgs.). *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RIBEIRO, M. A. R. *A história sem fim*. São Paulo: UNESP, 1993.

ROLNIK, Raquel. “*Cada um no seu Lugar!*”. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo, SP: FAU/USP, 1981.

—————. *A Cidade e a Lei*. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 2ª edição. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1999.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SALLUM JUNIOR, B. *Capitalismo e cafeicultura*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SANCHES, Karla. *A Construção da Legislação Urbanística de Ribeirão Preto: 1874 a 1935*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Carlos, SP: USP/São Carlos, 2003.

SANTOS, Plínio Travasso dos. *Ribeirão Preto: histórico e para história*. Ribeirão Preto, 1948.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, 1957. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”. Estudos Cebrap, nº 3. São Paulo, 1973.

SEVCENKO, Nicolau. “O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões de progresso”. In: SEVCENKO, N. (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol.III. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Eder Donizete da. *A História contada através da arquitetura de uma rua*. Dissertação (Mestrado em História). Franca, SP: Unesp, 1998.

- SILVA, Adriana Capretz da. *Imigração e Urbanização: o Núcleo Colonial Antônio Prado em Ribeirão Preto*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). São Carlos, SP: UFSCar, 2002.
- SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional: 1889-1930” In: FAUSTO, Boris (dir.). *História da Civilização Brasileira*. Vol.1. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1997.
- SOUSA, Hugo Freitas de. *Sociabilidade Popular e Violência Interétnica no Oeste Paulista: 1888-1914*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). São Carlos, SP: UFSCar, 2004.
- SOUZA, Célia Ferraz de & Pesavento, Sandra Jatahy (orgs.). *Imagens Urbanas*. Porto Alegre: Editora da Universidade/EFRRGS, 1997.
- SOUZA, Jessé. “Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira”. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 12(1): 69-100, maio de 2000.
- TELLES, Vera da Silva. “Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil moderno”. In: *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- TOPALOV, Christian. “Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XIX”. In: RIBEIRO, Luiz C. Q. & PECHMAN, Robert (orgs.). *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- TUON, Liamar Izilda. *O Cotidiano Cultural em Ribeirão Preto (1880 – 1920)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca, SP: Unesp, 1997.
- WALKER, Thomas W. & BARBOSA, Agnaldo. *Dos Coronéis à Metrópole – fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.
- ZAMBONI, Ernesta. *Processo de formação e organização da rede fundiária da área de Ribeirão Preto*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo, SP: USP, 1978.

ANEXO

Algumas fotografias Utilizadas no trabalho



Igreja Matriz – sem data. In: Cione (1989).



Rua General Osório vista da Estação – 1899 (Foto 18). Autor: João Passig.



Teatro Carlos Gomes – 1904 (Foto 15). Autor: João Passig



Teatro Pedro II – 1930 (Foto 9). Autor: Maggiori.



Rua Duque de Caxias, no centro – 1904 (Foto: 32). Autor: João Passig.



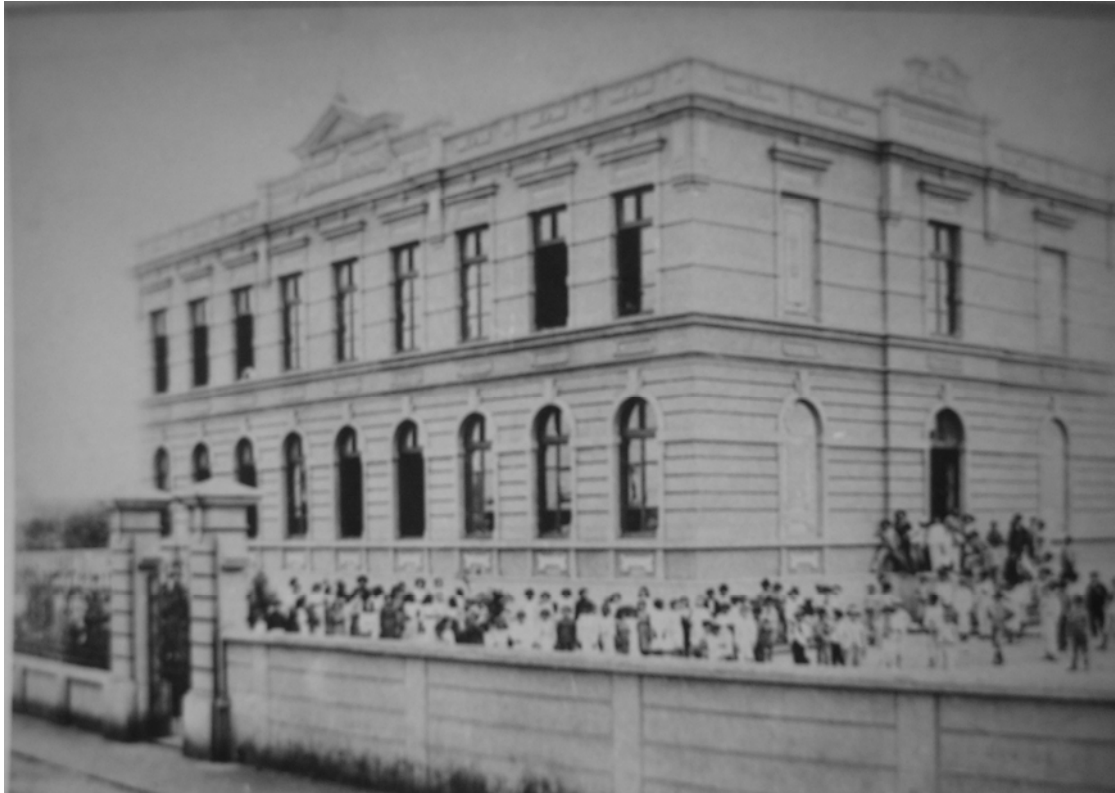
Rua Américo Brasiliense, no centro – 1900 (Foto 64). Autor: João Passig.



Panorama da cidade – 1903 (Foto 100). Autor desconhecido.



Panorama da cidade – 1911. In: Ver. Brazil Magazine.



Prédio do 1º Grupo Escolar – 1902 (Foto 54). Autor: João Passig.



Edifício do Fórum e Cadeia Municipal – 1903 (Foto 77). Autor: João Passig.



Prédio da Câmara Municipal – década de 1910 (Foto 139). Autor: Flósculo de Magalhães.



Enchente de 1927 (Foto 90). Autor: Aristides Motta.



Chácaras no arredores da cidade – 1897 (Foto 67). Autor: João Passig.



Horto localizado na beira do Córrego do Retiro – 1900 (Foto 81). Autor: João Passig.



Trabalhadores da Fazenda Monte Alegre – 1896 (Foto 68). Autor: João Passig.



Trabalhadores da Fazenda Dumont – 1900 (Foto 36). Autor: João Passig.



Praça XV de Novembro – 1903 (Foto 78). Autor: João Passig.



Praça XV de Novembro – 1920 (Foto 102). Autor desconhecido.



Praça XV de Novembro – 1903 (Foto 79). Autor: João Passig.



Rua General Osório – 1913. In: Cione (1989).